

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**SIMONE MIRANDA DOS SANTOS**

**CORRUPÇÃO E RELIGIOSIDADE:**  
**UMA ANÁLISE *CROSS-COUNTRY* MEDIADA PELA QUALIDADE DA**  
**CONTABILIDADE**

**UBERLÂNDIA-MG**

**2021**

**SIMONE MIRANDA DOS SANTOS**

**CORRUPÇÃO E RELIGIOSIDADE:  
UMA ANÁLISE *CROSS-COUNTRY* MEDIADA PELA QUALIDADE DA  
CONTABILIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis

Área de concentração: Contabilidade Financeira

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sirlei Lemes

**UBERLÂNDIA-MG**

**2021**

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU  
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S237 2021	<p>Santos, Simone Miranda dos, 1994- Corrupção e religiosidade [recurso eletrônico] : uma análise cross-country mediada pela qualidade da contabilidade / Simone Miranda dos Santos. - 2021.</p> <p>Orientadora: Sirlei Lemes. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Ciências Contábeis. Modo de acesso: Internet. Disponível em: <a href="http://doi.org/10.14393/ufu.di.2021.270">http://doi.org/10.14393/ufu.di.2021.270</a> Inclui bibliografia. Inclui ilustrações.</p> <p>1. Contabilidade. I. Lemes, Sirlei, 1963-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Ciências Contábeis. III. Título.</p> <p>CDU: 657</p>
--------------	---

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências  
Contábeis

Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1F, Sala 248 - Bairro Santa Monica,  
Uberlândia-MG, CEP 38400-902  
Telefone: (34) 3291-5904 - [www.ppgcc.facic.ufu.br](http://www.ppgcc.facic.ufu.br) - [ppgcc@facic.ufu.br](mailto:ppgcc@facic.ufu.br)



**ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO**

Programa de Pós-Graduação em:	Ciências Contábeis				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, número 100 - PPGCC				
Data:	11 de maio de 2021	Hora de início:	14h00	Hora de encerramento:	16h05
Matrícula do Discente:	11912CCT019				
Nome do Discente:	Simone Miranda dos Santos				
Título do Trabalho:	Corrupção e religiosidade: uma análise cross-country mediada pela qualidade da contabilidade				
Área de concentração:	Contabilidade e Controladoria				
Linha de pesquisa:	Contabilidade financeira				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	PPGCC04- Contabilidade Internacional de Financeira				

Reuniu-se virtualmente, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis, assim composta: Professores Doutores Reiner Alves Botinha (UFU); Rodrigo de Souza Gonçalves (UnB) e Sirlei Lemes (UFU), orientadora da candidata.

Iniciando os trabalhos a presidente da mesa, Dr<sup>a</sup> Sirlei Lemes, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu à discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir a presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir a candidata. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando a candidata:

**APROVADA**

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Sirlei Lemes, Professor(a) do Magistério Superior**, em 11/05/2021, às 16:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Reiner Alves Botinha, Professor(a) do Magistério Superior**, em 11/05/2021, às 16:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo de Souza Gonçalves, Usuário Externo**, em 12/05/2021, às 09:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2724598** e o código CRC **AA5DBD59**.

**Referência:** Processo nº 23117.026856/2021-36

SEI nº 2724598

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por ter me guiado, dando-me força para enfrentar os desafios e continuar a caminhada em busca dos meus sonhos.

A minha família, por sempre incentivar os meus estudos e me proporcionarem o apoio necessário.

A minha orientadora, professora Sirlei Lemes, por todo o incentivo e dedicação ao me orientar nesse percurso.

A todos os meus amigos e colegas do Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis (PPGCC) e do Núcleo de Estudos em Contabilidade Internacional e Financeira (NECIF) pelas trocas de experiências e pelos momentos compartilhados.

A professora Lísia de Melo Queiroz, por ter me acolhido e orientado durante o estágio docência. E a todos os professores do PPGCC, por contribuírem com a minha formação e desenvolvimento profissional.

Aos membros da banca de qualificação e defesa, professores Reiner Alves Botinha e Rodrigo de Souza Gonçalves. Agradeço imensamente as suas contribuições.

A Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia pelo suporte e infraestrutura necessários para a realização da pesquisa.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa, a qual foi fundamental para a conclusão do curso.

Muito obrigada!

*Não devemos confundir pecado com corrupção. O pecado, especialmente quando é reiterativo, conduz à corrupção, mas não quantitativamente, e sim qualitativamente, por criação de hábitos que vão deteriorando e limitando a capacidade de amar.*

*Bergoglio (2013)*

## RESUMO

A corrupção, normalmente, envolve pagamento financeiro, sendo necessário, portanto, de manipulações contábeis para ocultar as transações. A decisão do gestor quanto a permitir essas manipulações a fim de camuflar atos corruptos é provável que seja influenciada pela religiosidade. Esta pesquisa, fundamentando-se na Teoria das Normas Sociais, considera a religiosidade como um fator capaz de influenciar a decisão dos gestores quanto à qualidade da contabilidade e à corrupção. O estudo teve por objetivo identificar a associação da religiosidade com a corrupção mediada pela qualidade da contabilidade. A amostra da pesquisa é formada por 36 países e, para o tratamento dos dados coletados do período de 2010 a 2014, foi utilizada a Modelagem de Caminho por Mínimos Quadrados Parciais. Os resultados do estudo apontam que maior religiosidade está associada a menor qualidade da contabilidade e que, em conjunto, associam-se com a maior corrupção. É possível que o coletivismo, característica presente em ambientes mais religiosos, favoreça o desenvolvimento do conluio, o que talvez prejudique a qualidade da contabilidade e facilite a ocorrência de corrupção. Além disso, ambientes mais religiosos estão associados a menor monitoramento o que pode encorajar a manipulação de informações contábeis e a corrupção. Os resultados contribuem com a literatura ao demonstrar que o efeito combinado da religiosidade e qualidade da contabilidade no combate à corrupção não se apresentou eficiente. As evidências do estudo permitem ainda avaliar a influência da religiosidade nas decisões dos gestores, atuando como uma norma social, com reflexos na qualidade da contabilidade e na corrupção.

**Palavras-chave:** Corrupção; Qualidade da Contabilidade; Religiosidade.



## ABSTRACT

*Corruption, in general, involves monetary pay, therefore it requires accounting manipulation to conceal the transactions. It is possible the management's decision to allow these manipulations is influenced by religiousness. This research, based on the Social Norms Theory, considers religiousness a factor capable of influencing the management's decisions regarding quality of the accounting and the corruption. This study had the goal of identifying the association between religiousness and corruption, mediated by the quality of the accounting. The sample for this research includes 36 countries, and the processing of the data collected from 2010 to 2014 was done using Partial Least Squares Path Modeling. The study's results show that more intense religiousness is associated with lower-quality accounting, and together they are associated with more corruption. It is likely that collectivism, a common feature of highly religious environments, favors the development of collusions, which may harm the quality of the accounting and facilitate the emergence of corruption. Besides, more religious environments are associated with less surveillance, which encourages the manipulation of accounting information and corruption. The results contribute to the literature by demonstrating that the combined effect of religiousness and quality of accounting in combating corruption was not efficient. The evidences from this study also allows us to assess the influence of religiousness in the management's decisions, acting like a social norm, with repercussions in the quality of accounting and corruption.*

*Keywords: Corruption; Quality of Accounting; Religiousness.*

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Seleção da Amostra e Fonte de Dados .....	31
Quadro 2 - Países da Amostra .....	32
Quadro 3 - Estrutura das Questões .....	34
Quadro 4 - Tratamento Dado às Questões do WVS .....	36
Quadro 5 - Critério Usado na Atribuição de Pesos .....	37
Quadro 6 - Exemplo do Cálculo da Variável V5.....	37
Quadro 7 - Variáveis do Estudo .....	41

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estatística Descritiva das Variáveis .....	44
Tabela 2 - Matriz de Correlação .....	46
Tabela 3 - Unidimensionalidade do Modelo de Mensuração Inicial .....	48
Tabela 4 - Cargas e Comunalidade do Modelo de Mensuração Inicial .....	49
Tabela 5 - Cargas Cruzadas do Modelo de Mensuração Inicial .....	50
Tabela 6 - Unidimensionalidade do Modelo Final de Mensuração .....	50
Tabela 7 - Cargas e Comunalidade do Modelo Final de Mensuração .....	51
Tabela 8 - Cargas Cruzadas do Modelo Final de Mensuração .....	51
Tabela 9 - Coeficiente de Determinação, Redundância Média, AVE e GoF .....	52
Tabela 10 - Resultados para o Coeficiente de Caminho e Hipóteses de Pesquisa .....	53
Tabela 11 - Resultados para os Coeficientes de Caminho e para Avaliação da Mediação .....	55
Tabela 12 - Teste de Sensibilidade: Sistema Jurídico .....	57

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AUDT	Frequência de Auditoria <i>BigFour</i>
CC	<i>Control of Corruption</i>
COR	Índice de Controle da Corrupção
CPI	<i>Corruption Perceptions Index</i>
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i>
ICP	Índice de Corrupção Percebida
LE	Índice de Liberdade Econômica
PAQ	<i>Perceived Accounting Quality</i>
PIB	Produto Interno Bruto
PLS-PM	<i>Partial Least Squares Path Modeling</i>
QPC	Indicador de Qualidade Percebida da Contabilidade
QR	Índice de Qualidade Regulatória
TI	<i>Transparency International</i>
VR	Índice de Voz e Responsabilidade
V1	Importância da Fé Religiosa para a Criança
V2	Crença em Deus
V3	Crença no Inferno
V4	Filiação à Religião
V5	Frequência à Cultos Religiosos
V6	Frequência de Oração
V7	Percepção da Religiosidade
V8	Importância da Religião
WVS	<i>World Values Survey</i>

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>17</b>
2.1 Teoria das Normas Sociais .....	17
2.2 Religiosidade .....	19
2.3 Qualidade da Contabilidade e Corrupção .....	23
2.4 Religiosidade e Corrupção .....	24
2.5 Religiosidade e Qualidade da Contabilidade .....	26
2.6 Religiosidade, Qualidade da Contabilidade e Corrupção .....	28
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS .....</b>	<b>31</b>
3.1 Coleta de Dados e Seleção da Amostra .....	31
3.2 Definição das Variáveis .....	32
3.2.1 Corrupção .....	32
3.2.2 Religiosidade .....	34
3.2.3 Qualidade da Contabilidade.....	37
3.2.4 Controle .....	39
3.3 Tratamento dos Dados .....	41
<b>4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS .....</b>	<b>44</b>
4.1 Análise Descritiva dos Dados .....	44
4.2 Avaliação do Modelo de Mensuração da Modelagem de Caminho por Mínimos Quadrados Parciais .....	47
4.3 Avaliação do Modelo Estrutural da Modelagem de Caminho por Mínimos Quadrados Parciais .....	52
4.4 Validação do Modelo .....	53
4.4 Testes de Sensibilidade .....	56
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>58</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>61</b>
<b>APÊNDICE A – Modelo sem a Variável Mediadora .....</b>	<b>67</b>
<b>APÊNDICE B – Modelo Mensurado pelo COR .....</b>	<b>69</b>
<b>APÊNDICE C – Modelo Mensurado pelo COR, sem a Variável Mediadora.....</b>	<b>71</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A corrupção, a partir de 1990, passou a ser um fenômeno alvo de atenção mundial devido ao aumento das notícias de práticas ilícitas (SILVA; BRAGA; LAURENCEL, 2009). Diante da importância do tema, pesquisadores têm despendido esforços para identificar o papel da contabilidade junto à corrupção, tendo qualidade da contabilidade potencial de ser uma barreira para a corrupção (KIMBRO, 2002; EVERETT; NEU; RAHAMAN, 2007; MALAGUEÑO *et al.*, 2010; BOTINHA; LEMES, 2019). Porém, a qualidade da contabilidade sofre influência das decisões dos gestores, sendo essas decisões, por sua vez, influenciadas pela religiosidade (BARRETO *et al.*, 2011; CALLEN; MOREL; RICHARDSON, 2011), o que sugere uma relação entre religiosidade, qualidade da contabilidade e corrupção.

Estudos anteriores examinaram separadamente a relação entre a religiosidade e a qualidade da contabilidade (RIABI-BELKAOU, 2004a; GRULLON; KANATAS; WESTON, 2009; MCGUIRE; OMER; SHARP, 2012; BJORNSEN; DO; OMER, 2019; MA *et al.* 2020), a religiosidade e a corrupção (ARMANTIER; BOLY, 2011; KO; MOON, 2014; TUNALI; WEILL, 2020), a qualidade da contabilidade e a corrupção (KIMBRO, 2002; MALAGUEÑO *et al.*, 2010; HOUQUE; MONEM, 2016; BOTINHA, 2018). Todavia não foram encontradas evidências do papel combinado da religiosidade e da qualidade da contabilidade na corrupção, o que sugere a necessidade de mais estudos.

A Teoria das Normas Sociais defende que os indivíduos buscam se ajustar às normas comportamentais dos grupos aos quais se associam (DYRENG; MAYEW; WILLIAMS, 2012), sendo a religião um mecanismo social essencial para controlar crenças e comportamentos (KENNEDY; LAWTON, 1998), ou seja, a religião influencia a decisão dos indivíduos. É possível identificar a força dessa influência pela religiosidade, que trata do quanto as pessoas se dedicam e seguem os ensinamentos de uma religião (BJORNSEN; DO; OMER, 2019), podendo-se inferir que quanto maior for a religiosidade, maior a possibilidade que as ações dos indivíduos sejam moldadas por significados religiosos (MONIZ, 2018), logo maior será o reflexo de normas religiosas no ambiente. Essa teoria sustenta que o nível de confiança mútua na sociedade de uma determinada área geográfica na qual situa-se uma empresa é capaz de afetar o comportamento dentro dessa empresa (CHIRCOP *et al.*, 2017). Assim sendo, se os gestores de uma companhia estiverem cercados por indivíduos religiosos, maior será o efeito das normas religiosas nas decisões desses gestores.

Em geral, as religiões direcionam seus seguidores a se afastarem da corrupção, pregando contra o comportamento corrupto (BEETS, 2007; SHABBIR; ANWAR, 2007). Evidências

identificadas por estudos anteriores comprovaram que indivíduos mais religiosos são menos tolerantes à corrupção (ARMANTIER; BOLY, 2011; KO; MOON, 2014; TUNALI; WEILL; 2020). Assim, é esperado que pessoas religiosas se posicionem contra a corrupção, ou seja, a religiosidade poderia contribuir com a redução da corrupção.

Outro elemento, além da religiosidade, com potencial de auxiliar na mitigação da corrupção é a qualidade da contabilidade. A corrupção, geralmente, envolve um pagamento financeiro, deixando um rastro inevitável nos registros contábeis (WU, 2005), o que atribui aos contadores uma posição única e fundamental para detectar e prevenir atos corruptos (WU, 2005; EVERETT; NEU; RAHAMAN, 2007). Ocorre que, em ambientes com uma contabilidade de qualidade, os atos ou consequências da corrupção se tornam mais difíceis de serem ocultados (WU, 2005) e isso se deve ao fato que, nesse ambiente, existem maiores exigências quanto a divulgações de informações (MALAGUEÑO *et al.*, 2010). Estudos identificaram que, em ambiente contábil de melhor qualidade, há menor corrupção (KIMBRO, 2002; MALAGUEÑO *et al.*, 2010; HOUQE; MONEM, 2016; BOTINHA, 2018), confirmando o papel da contabilidade na mitigação da corrupção.

A qualidade da contabilidade pode sofrer influências de normas religiosas, pois as religiões, geralmente, pregam contra as manipulações (BARRETO *et al.*, 2011; CALLEN; MOREL; RICHARDSON, 2011). As empresas sediadas em ambientes mais religiosos estão associadas à maior qualidade da contabilidade, mais especificamente, a religiosidade está associada a menor gerenciamento de resultados (GRULLON; KANATAS; WESTON, 2009; MCGUIRE; OMER; SHARP, 2012), maior conservadorismo (BJORNSSEN; DO; OMER, 2019; MA *et al.*, 2020) e menor opacidade dos ganhos (RIAH-BELKAOUI, 2004a). Os resultados desses estudos evidenciam o papel da religiosidade na qualidade da contabilidade.

Considerando as evidências da relação entre religiosidade, qualidade da contabilidade e corrupção, o objetivo geral deste estudo consiste em identificar a associação da religiosidade com a corrupção mediada pela qualidade da contabilidade. A qualidade da contabilidade é capaz de exercer a função mediadora entre religiosidade e corrupção porque a religiosidade tem potencial de influenciar a qualidade da contabilidade (RIAH-BELKAOUI, 2004a; GRULLON; KANATAS; WESTON, 2009; MCGUIRE; OMER; SHARP, 2012; BJORNSSEN; DO; OMER, 2019; MA *et al.* 2020) que, por sua vez, impacta a corrupção (KIMBRO, 2002; MALAGUEÑO *et al.*, 2010; HOUQE; MONEM, 2016; BOTINHA, 2018). Logo, a religiosidade pode influenciar a corrupção de forma indireta por meio da contabilidade.

A qualidade dos padrões contábeis tem potencial de ser um instrumento adicional para que a religiosidade influencie a corrupção, visto que os religiosos estão acostumados a seguir

as diretrizes prescritas (BJORNSSEN; DO; OMER, 2019). Isso significa que, em ambientes com padrões contábeis de qualidade, os gestores influenciados pela religiosidade tenderiam a seguir as diretrizes prescritas nas normas contábeis, reduzindo, conseqüentemente, a oportunidade para a realização de atos corruptos. Logo, o efeito combinado da religiosidade com a qualidade da contabilidade pode contribuir para mitigar a corrupção.

A corrupção está presente em quase todos os países (GLYNN; KOBRIN; NAIRN, 1997) e o que varia é o nível encontrado em cada região, podendo ela ser identificada tanto no setor público quanto no privado (HODGSON; JIANG, 2007). Diante da amplitude e das particularidades do tema corrupção, mais pesquisas são relevantes para se conhecer a magnitude do problema e apontar prováveis soluções.

A contabilidade desempenha um papel importante na luta contra a corrupção (EVERETT; NEU; RAHAMAN, 2007). Apesar da importância, pesquisas que buscam vincular a contabilidade a uma barreira para a corrupção são escassas (HOUQE; MONEM, 2016) e se constituíram em apenas 11,32% dos artigos examinados na análise bibliométrica realizada por Vecchia *et al.* (2018). Logo, mais estudos sob essa perspectiva são relevantes, pois essas pesquisas permitem identificar prováveis contribuições da contabilidade para a mitigação da corrupção.

Esta pesquisa se fundamenta na procura de fatores que possam ser capazes de impactar a corrupção. A identificação desses fatores tem potencial de contribuir com a literatura, pois avança em relação aos estudos anteriores ao examinar o efeito combinado da religiosidade e da qualidade da contabilidade na corrupção. Além disso, o estudo contribui para o entendimento de como a religiosidade, atuando como uma norma social, influencia a decisão dos gestores, o que, conseqüentemente, impacta a qualidade da contabilidade e a corrupção.

A amostra deste estudo é composta por 36 países, cuja seleção se deu em função da disponibilidade de informações para todas as variáveis utilizadas no estudo. O período de estudo compreendeu os anos de 2010 a 2014 em função de ser esse o período mais recente para os dados utilizados no cálculo da religiosidade. Para a análise das relações propostas no modelo teórico, foi utilizada a Modelagem de Caminho por Mínimos Quadrados Parciais.

Este trabalho encontra-se estruturado em cinco capítulos, constituindo-se esta introdução o Capítulo 1. A seguir, apresentam-se o suporte teórico sobre corrupção, a qualidade da contabilidade e a religiosidade, o que suporta o desenvolvimento das hipóteses de pesquisa. No terceiro capítulo, são expostos os procedimentos metodológicos utilizados para alcançar o objetivo proposto, detalhando-se as variáveis utilizadas. Na sequência, desenvolvem-se a avaliação do modelo de mensuração e do modelo estrutural, bem como a validação do modelo



proposto e a análise dos resultados obtidos. A seguir, são feitas as considerações finais do estudo.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 Teoria das Normas Sociais

O interesse em identificar como as normas sociais influenciam o comportamento humano não é recente. Desde a publicação do livro “A Teoria dos Sentimentos Morais” de Adam Smith, em 1759, o tema tem sido discutido. Smith comparou a sociedade com um “espelho” que reflete normas e valores e argumentou que a consciência moral era o efeito da experiência social (SMITH, 1759; BLAY *et al.*, 2018). Essa abordagem é considerada a origem da Teoria das Normas Sociais (BLAY *et al.*, 2018).

Uma norma social pode ser definida como uma regra externa compartilhada por um grupo e sustentada tanto por sanções quanto por emoções de culpa e vergonha (FESTRÉ, 2010). É possível compreender as normas sociais como regras informais que orientam o comportamento humano (KÖBIS; IRAGORRI-CARTER; STARKE, 2018). Sua principal característica é o direcionamento dos seguidores a renunciarem aos benefícios egoístas em favor da melhor opção para o grupo (FESTRÉ, 2010).

É possível estudar as normas sociais a partir do sistema sociocultural no qual o indivíduo está inserido (BICCHIERI, 2006). Isso porque o indivíduo, ao entrar em determinado ambiente social, procura decidir como deve se comportar, sendo mais propenso a seguir uma norma social se julgar que a norma é relevante naquele contexto (BICCHIERI, 2006). O processamento consciente de pistas e informações situacionais talvez seja cada vez mais importante em ambientes de negócios nos quais as normas sociais podem entrar em conflito com o interesse dos indivíduos (BLAY *et al.*, 2018).

Alguns exemplos de normas sociais são: i) normas de consumo, tais como, normas de etiqueta, modos de vestir e normas de gorjetas; ii) normas de reciprocidade, por exemplo, dar presentes; iii) normas de cooperação, tal como, votar ou pagar impostos; e iv) normas de distribuição, bem como normas de justiça e igualdade (FESTRÉ, 2010). A partir das normas sociais de honestidade e responsabilidade, Blay *et al.* (2019) investigaram se a qualidade da auditoria é aprimorada na medida em que essas normas são ativadas no auditor, tendo sido identificado que essas normas sociais estão associadas ao julgamento moral de que a declaração incorreta do auditor é antiética.

A partir do julgamento de outras pessoas sobre o que é correto, um indivíduo determina o que é certo (CIALDINI, 2007). Esse comportamento pode ser explicado pela Teoria das

Normas Sociais, pois, de acordo com a teoria, as normas sociais instam os indivíduos a se conformarem com seus pares (DU *et al.*, 2015). Em outras palavras, existe uma tendência de que uma ação seja considerada mais apropriada na medida em que se observa que outros realizam a mesma ação (CIALDINI, 2007). Então, é possível que as pessoas se envolvam em comportamentos corruptos porque percebem que outros indivíduos também estão envolvidos (KÖBIS; IRAGORRI-CARTER; STARKE, 2018).

Há certa concordância que as religiões incentivam o comportamento moral e ético dos indivíduos, bem como que a corrupção é excluída de tal comportamento (GOKCEKUS; EKICI, 2020). Nesse caso, os líderes de organizações religiosas pregam cada vez mais contra a corrupção (BEETS, 2007), direcionando seus seguidores a evitarem esse tipo de corrompimento (SHABBIR; ANWAR, 2007). Além disso, as religiões condenam a manipulação do próximo, incluindo a manipulação no mundo dos negócios (CALLEN; MOREL; RICHARDSON, 2011). Esses ensinamentos religiosos, provavelmente, formam uma poderosa norma social contra todas as formas de comportamento manipulativo e corrupto em todo o país (CALLEN; MOREL; RICHARDSON, 2011).

O gestor não precisa, necessariamente, ser participante ativo de qualquer religião para que suas ações sejam influenciadas por ensinamentos religiosos, sendo apenas a interação com indivíduos religiosos o suficiente para influenciar o seu comportamento (DYRENG; MAYEW; WILLIAMS, 2012). Ma *et al.* (2020) demonstraram que é o ambiente religioso no qual o gestor está inserido e não as crenças religiosas pessoais mantidas por um CEO que influenciam a elaboração das demonstrações contábeis. Os resultados do estudo evidenciam a relevância da religiosidade nas decisões empresariais ao atuar como uma norma social na decisão dos gestores.

A partir da Teoria das Normas Sociais, estudos investigaram a relação entre a religiosidade e a contabilidade (GRULLON; KANATAS; WESTON, 2009; DYRENG; MAYEW; WILLIAMS, 2012; MCGUIRE; OMER; SHARP, 2012; DU *et al.*, 2015; BJORNSEN; DO; OMER, 2019), comprovando a influência da religiosidade, como uma norma social, na qualidade da informação contábil. As empresas sediadas em áreas mais religiosas têm menor probabilidade de se envolverem em irregularidades nos relatórios financeiros (MCGUIRE; OMER; SHARP, 2012). Isso pode ser explicado porque a religiosidade é, geralmente, vinculada à aceitação reduzida de práticas comerciais antiéticas (MCGUIRE; OMER; SHARP, 2012).

A Teoria das Normas Sociais sustenta que o nível de capital social da área geográfica em que uma empresa está localizada afeta o comportamento dentro da empresa (CHIRCOP *et*

*al.*, 2017). O capital social é compreendido como a confiança mútua na sociedade, estando as companhias sediadas em regiões de alto capital social associadas a maior nível de responsabilidade social corporativa (CHIRCOP *et al.*, 2017). Fundamentando-se na referida Teoria, Chircop *et al.* (2017) estudam a relação entre o capital social e a evasão fiscal. Consistentes com a ideia de que os gestores consideram o pagamento de impostos como uma ação socialmente responsável, os resultados apontam que as empresas sediadas em áreas com alto capital social se envolvem menos em atividades de evasão fiscal. Os resultados também documentaram que o impacto negativo do capital social na elisão fiscal é mais forte na presença de alta religiosidade.

Bicchieri (2006) propõe duas razões que é capaz de levar um indivíduo a cumprir uma determinada norma social. A primeira razão é o desejo de agradar e, assim, receber recompensas (BICCHIERI, 2006), podendo essas recompensas serem internas, por exemplo, as emoções positivas, tal como o orgulho (KÖBIS; IRAGORRI-CARTER; STARKE, 2018). Nesse caso, o indivíduo, com desejo de agradar e ser recompensado, decide por seguir a norma social. A segunda razão é o receio de consequências desagradáveis ao violar as expectativas normativas (BICCHIERI, 2006). Nessa situação, é provável que o receio surja porque o gestor considera a presunção de uma penalização religiosa, mesmo que tal penalização não exista no sistema jurídico. Dessa forma, com receio de uma possível penalização, o gestor opta por seguir a norma. A motivação para seguir as normas sociais não decorre apenas do receio de punição, mas também do sofrimento psicológico causado pelo recebimento de avaliações negativas do respectivo grupo e de si mesmo (KÖBIS; IRAGORRI-CARTER; STARKE, 2018).

A presente pesquisa fundamenta-se na Teoria das Normas Sociais para identificar a relação entre a religiosidade, a qualidade da contabilidade e a corrupção, considerando que a religiosidade atua como uma norma social e afeta a decisão dos gestores, os quais podem decidir por participar ou permitir uma manipulação contábil e/ou um ato corrupto.

## **2.2 Religiosidade**

De acordo com Moniz (2018), existe uma grande dificuldade de se conceituar religião. O autor, porém, considera como propriedades básicas do conceito de religião a crença na existência de poderes superiores e a comunhão por meio de ações práticas que visam agradar a divindade. De acordo com o dicionário, religião é:

Crença na existência de uma força ou forças sobrenaturais, considerada (s) como criadora (s) do Universo, e que como tal deve (m) ser adorada (s) e obedecida (s). A manifestação de tal crença por meio de doutrina e ritual próprios, que envolvem, em geral, preceitos éticos. (...) Qualquer filiação a um sistema específico de pensamento ou crença que envolve uma posição filosóficas, éticas, metafísica etc. (FERREIRA, 2010, p. 1811).

A definição ressaltada no referido dicionário considera as propriedades básicas apresentadas por Moniz (2018), mostrando a importância dessas propriedades na definição de religião. Originária da religião, a religiosidade presente no indivíduo pode ser compreendida como uma experiência pessoal e única da religião (PINTO, 2009), podendo, então, ser definida como a extensão com que um indivíduo ou uma comunidade se dedica à religião (BJORNSSEN; DO; OMER, 2019). Em outras palavras, é possível que a religião seja entendida como uma instituição que organiza as crenças, tratando a religiosidade da relação entre o indivíduo e a crença.

É possível afirmar que as diversas religiões praticadas no mundo adotam expressões variadas, ou seja, religiões diferentes esperam atitudes diferentes de seus adeptos (GLOCK, 1962). Entretanto, existe um consenso considerável entre as religiões quanto às áreas em que a religiosidade deve se manifestar (GLOCK, 1962), podendo essas áreas serem concebidas como as dimensões centrais da religiosidade (GLOCK, 1962). As cinco dimensões teóricas da religiosidade são: ideológica, experiencial, intelectual, devocional e ritualística.

A dimensão ideológica refere-se à expectativa social de que os indivíduos religiosos tenham crenças sobre a existência e a essência de uma realidade transcendente, bem como sobre a relação entre a transcendência e o humano (HUBER; HUBER, 2012). Essa crença é comum à maioria das tradições religiosas, visto que é um pré-requisito para todos os conceitos e dogmas adicionais relativos à essência dessa realidade (HUBER; HUBER, 2012). Os indicadores gerais dessa dimensão devem se concentrar no aspecto da plausibilidade da existência de uma realidade transcendente, como, por exemplo, até que ponto alguém acredita na existência de Deus ou de algo divino ou, ainda, na existência do inferno (HUBER; HUBER, 2012; MONIZ, 2018).

Por sua vez, a dimensão experiencial trata da expectativa social de que indivíduos religiosos tenham algum tipo de contato direto com uma realidade última que os afeta emocionalmente (HUBER; HUBER, 2012). As emoções consideradas apropriadas por diferentes religiões ou experimentadas por diferentes indivíduos talvez variem amplamente, porém as religiões valorizam a experiência religiosa subjetiva como um sinal de religiosidade individual (GLOCK, 1962). Essa dimensão é representada por padrões de percepções religiosas

e como um conjunto de experiências e sentimentos religiosos (HUBER; HUBER, 2012). Uma questão que capaz de representar essa dimensão é a importância da religião na vida do indivíduo (MONIZ, 2018).

A dimensão intelectual aborda a expectativa social de que as pessoas religiosas tenham algum conhecimento de religião e que possam explicar seus pontos de vista sobre transcendência, religião e religiosidade (HUBER; HUBER, 2012). O conteúdo desse indicador é independente de qualquer viés confessional ou afiliação religiosa, ou seja, pode ser aplicado em todas as religiões (HUBER; HUBER, 2012). Um indicador geral da dimensão intelectual é a frequência de reflexão sobre questões religiosas, indicando a regularidade com que os conteúdos religiosos são atualizados por meio de reflexão (HUBER; HUBER, 2012). É possível medir essa dimensão pela seguinte questão: a fé religiosa é uma qualidade especialmente importante de ser aprendida em casa? (MONIZ, 2018).

Por sua vez, a dimensão devocional, ou dimensão ritual da prática privada, remete à expectativa social de que os indivíduos religiosos se dedicam à transcendência em atividades e rituais individualizados no espaço privado (HUBER; HUBER, 2012). Faz sentido considerar a oração e a meditação ao medir a intensidade geral das práticas privadas, visto que elas expressam formas básicas e irredutíveis de se dirigir à transcendência (HUBER; HUBER, 2012). De outro modo, essa dimensão pode ser mensurada por questões como: além de em serviços religiosos, com que frequência você reza?; ou, independentemente de ir ou não à igreja, considera-se uma pessoa religiosa? (MONIZ, 2018).

A dimensão ritualística, ou dimensão ritual da prática pública, retrata a expectativa social de que indivíduos religiosos pertencem a comunidades religiosas, o que se manifesta na participação pública em rituais religiosos e em atividades comunitárias (HUBER; HUBER, 2012). Em estudos inter-religiosos, é recomendável variar o rótulo do serviço religioso (HUBER; HUBER, 2012) ou utilizar uma expressão que se encaixe no contexto de várias religiões. A intensidade geral dessa dimensão é medida perguntando-se sobre a frequência com que alguém participa de serviços religiosos e qual taxa de indivíduos que declaram pertencer a uma denominação religiosa (HUBER; HUBER, 2012; MONIZ, 2018).

Dentro de uma ou outra dimensão, as diferentes formas de manifestação religiosa prescritas pelas variadas religiões são ordenadas (GLOCK, 1962). Sob uma perspectiva psicológica, as cinco dimensões têm potencial de serem vistas como canais ou modos como as construções religiosas pessoais são moldadas e ativadas (HUBER; HUBER, 2012). Nesse sentido, a ativação de construções religiosas na personalidade pode ser considerada uma medida válida do grau de religiosidade de um indivíduo (HUBER; HUBER, 2012).

Para a operacionalização universal das cinco dimensões (ideológica, experiencial, intelectual, devocional e ritualística), dois princípios devem ser observados (HUBER; HUBER, 2012). O primeiro é que os itens selecionados para medir cada dimensão devem estar fortemente relacionados às expressões típicas das respectivas dimensões. Quanto ao segundo, o conteúdo religioso medido deve ser o mais geral possível, além de relevante e significativo no contexto de diferentes tradições religiosas (HUBER; HUBER, 2012). Quando observados os dois princípios, é possível analisar as diferentes religiões por meio das cinco dimensões, ou seja, essa metodologia é adequada para estudos inter-religiosos.

Em estudos anteriores, a religiosidade foi calculada por meio de três parâmetros: filiação à religião (cognitivo), importância da religião (afetivo) e frequência a serviços religiosos (comportamental) (MCGUIRE; OMER; SHARP 2012; BJORNSEN; DO; OMER, 2019). Por meio das cinco dimensões da religiosidade, também é possível identificar a influência de significados religiosos sobre cognições, comportamento e sentimento (HUBER; HUBER, 2012; MONIZ, 2018). As dimensões intelectual e ideológica se referem ao cognitivo, as dimensões ritualística e devocional se referem ao comportamento e a dimensão experiencial se refere ao afetivo (HUBER; HUBER, 2012). Logo, a vitalidade religiosa é operacionalizada por meio do exame dos significados religiosos que moldam as características mentais, comportamentais e motivacionais das pessoas (MONIZ, 2018).

Callen, Morel e Richardson (2011), em um estudo *cross-country*, mensuraram a religiosidade do país pela média do envolvimento em ritual religioso formal e pela religiosidade no nível individual. A religiosidade formal foi medida como a frequência a serviços religiosos, enquanto a religiosidade no nível individual foi avaliada pela importância atribuída à religião, pelo conforto e força obtido por meio da religião e pela classificação do indivíduo como uma pessoa religiosa. Em nível municipal, a religiosidade pode ser calculada pelo percentual de adeptos do condado que declaram ter uma religião, conforme realizado em Ma *et al.* (2020).

Alguns estudos (CALLEN; MOREL; RICHARDSON, 2011; MCGUIRE; OMER; SHARP, 2012; BJORNSEN; DO; OMER, 2019; MA *et al.*, 2020) consideram que a religiosidade da população afeta a decisão dos indivíduos. Podendo a influência de normas religiosas da população na decisão dos indivíduos ser estudada por meio da Teoria das Normas Sociais. Fundamentando-se nessa Teoria, esse estudo considera que a religiosidade da população de um país influencia as decisões e comportamento dos gestores, sendo a religiosidade da população de cada país mensurada por meio das cinco dimensões da religiosidade (ideológica, experiencial, intelectual, devocional e ritualística) estabelecidas por Glock (1962).

### 2.3 Qualidade da Contabilidade e Corrupção

O termo corrupção inclui uma diversidade de atos, como ganho ilícito, falsificação, suborno, clientelismo, fraude, nepotismo, dentre outros, o que resulta em certa dificuldade para encontrar uma definição consensual para a corrupção (BREI, 1996; TRANSPARENCY, 2019). A definição adotada nesta pesquisa é a proposta por Nichols e Dowden (2018). De acordo com os autores, a corrupção consiste no abuso ou no uso indevido de poder ou confiança para benefício próprio ao invés do objetivo para o qual esse poder ou confiança foi concedido. Essa definição é ampla o suficiente para incluir tanto a corrupção política, em que uma das partes é uma autoridade pública e usa seu cargo para obter ganhos privados, quanto a corrupção econômica, em que uma das partes usa o poder econômico derivado de sua empresa para benefício próprio (MALAGUEÑO *et al.*, 2010).

A relação entre corrupção e contabilidade pode ser estudada sob duas perspectivas. A primeira linha de pesquisa estima que a qualidade da contabilidade interfere na corrupção (KIMBRO, 2002; MALAGUEÑO *et al.*, 2010; BOTINHA, 2018) e a segunda aponta que a corrupção molda a qualidade da contabilidade (RIABI-BELKAoui, 2004b; SANTOS; TAKAMATSU, 2018). Para essa segunda linha, a alta corrupção cria uma contabilidade de baixa qualidade que é compatível com o comportamento antiético (RIABI-BELKAoui, 2004b; SANTOS; TAKAMATSU, 2018). O presente estudo se fundamenta na primeira linha, segundo a qual uma contabilidade de maior qualidade funcionaria como um mecanismo de controle da corrupção.

Uma contabilidade de qualidade busca tornar transparente as transações econômicas de uma entidade, atenuando o risco de pessoas com poder econômico agirem de maneira antiética, ilegal ou inadequada (MALAGUEÑO *et al.*, 2010). Em um ambiente de contabilidade de qualidade, os gestores tendem a não aceitar realizar práticas corruptas, porque torna-se difícil ocultar transações irregulares (WU, 2005), bem como existem maiores riscos de atos corruptos serem detectados (WU, 2005), uma vez que é esperado maior nível de divulgações.

A relação entre a qualidade da contabilidade e a corrupção foi documentada por Kimbro (2002), Malagueño *et al.* (2010) e Botinha (2018). Em uma análise *cross-country*, os estudos identificaram resultados semelhantes, indicando que, quanto maior a qualidade da contabilidade, menor é a corrupção percebida. A corrupção percebida nos estudos foi mensurada pelo Índice de Corrupção Percebida e Índice de Controle de Corrupção. Por sua vez, a qualidade da contabilidade foi estimada por Kimbro (2002) por meio do Índice de Práticas de



Relatórios Financeiros do CIFAR e da concentração de contadores *per capita* e por Malagueño *et al.* (2010) e Botinha (2018) por meio do indicador de Qualidade Percebida da Contabilidade, bem como pela porcentagem de empresas auditadas por *BigFour*.

Os resultados apontados por Kimbro (2002), Malagueño *et al.* (2010) e Botinha (2018) confirmam a importância de uma contabilidade de qualidade como um mecanismo capaz de dificultar a ocorrência da corrupção. Em outras palavras, a contabilidade é um sistema de informação que comunica dados financeiros e econômicos essenciais ao controle e prevenção de atividades corruptas (KIMBRO, 2002). Nesse cenário, surge a primeira hipótese da pesquisa:

**H<sub>1</sub>: A qualidade da contabilidade está direta e negativamente associada à corrupção.**

## 2.4 Religiosidade e Corrupção

É possível estudar a relação entre religiosidade e corrupção de duas formas. A primeira propõe que os indivíduos podem procurar uma religião porque há muito mal (corrupção) em seu meio e, nesse caso, buscar uma religião seria uma tentativa de encontrar a paz (GOKCEKUS; EKICI, 2020), ou seja, a procura por uma religião ocorre após a identificação da corrupção. Na segunda forma, a religiosidade já existente afeta a corrupção, de forma que os indivíduos, tendo uma religião, se deparam com a corrupção (ARMANTIER; BOLY, 2011; KO; MOON, 2014; TUNALI; WEILL, 2020). Este estudo considera a segunda forma de visão dessa conexão, pressupondo que religiosidade é um fator que antecede a corrupção.

Um elemento determinante para a existência da corrupção é o poder discricionário exercido pelos indivíduos (JAIN, 2001). É provável que quando o gestor tenha poder discricionário, a sua decisão seja influenciada por uma norma social (DYRENG; MAYEW; WILLIAMS, 2012; KÖBIS; IRAGORRI-CARTER; STARKE, 2018). Considerando que o ensinamento religioso contra a corrupção (BEETS, 2007; SHABBIR; ANWAR, 2007) atua como uma norma social, então, há a possibilidade de que a religiosidade influencie o nível de corrupção, isto é, uma norma social poderá induzir o comportamento dos gestores quanto à corrupção (KÖBIS; IRAGORRI-CARTER; STARKE, 2018).

Estudos anteriores identificaram que a religiosidade contribui para reduzir a corrupção (ARMANTIER; BOLY, 2011; KO; MOON, 2014; TUNALI; WEILL, 2020). Ko e Moon (2014), utilizando uma medida de tolerância à corrupção e com uma amostra de 64 países, evidenciaram que pessoas que têm maior frequência a serviços religiosos são menos tolerantes à sonegação e ao suborno. Os autores sugerem que a relação entre religião e corrupção está

mais intimamente relacionada à religiosidade do que ao tipo de religião. Isso porque indivíduos que praticam a mesma religião podem ter níveis diferentes de religiosidade (KO; MOON, 2014).

Armantier e Boly (2011), por meio de um experimento controlado, identificaram que um indivíduo que frequenta cultos religiosos todos os dias têm 58% menos chances de aceitar suborno do que um sujeito que nunca frequenta tais serviços. Tunalı e Weill (2020), com uma amostra de 59 países, identificaram que a religiosidade está negativamente associada à tolerância à corrupção, apoiando a visão de que a religiosidade favorece comportamentos honestos. Esses últimos autores mediram a religiosidade por meio da frequência da oração e da frequência de participação em cultos religiosos.

Em oposição à linha de estudos que consideram que a religiosidade contribui para reduzir a corrupção, Gokcekus e Ekici (2020), em uma análise *cross-country*, identificaram que, quanto mais religiosa é uma sociedade, maior a corrupção, independentemente da afiliação religiosa. Os autores mensuraram a corrupção por meio do Índice de Corrupção do Guia Internacional de Risco do País do Grupo PRS e a religiosidade por meio da frequência a serviços religiosos, da importância atribuída a Deus e da crença em Deus e no inferno.

Gokcekus e Ekici (2020) explicam a relação positiva entre religiosidade e corrupção pela norma religiosa de punição às más condutas. A existência dessa norma reduz o nível de monitoramento, pois pessoas religiosas acreditam que não precisam monitorar as ações de outros indivíduos porque as atitudes ruins serão punidas por poderes superiores (GOKCEKUS; EKICI, 2020). Em ambientes com baixo monitoramento, os gestores podem se sentir encorajados a cometer atos corruptos, pois a probabilidade de detecção é menor.

Além da norma de punição às más condutas, a relação positiva entre religiosidade e corrupção pode também ser desenvolvida pelo coletivismo, característica associada à países mais religiosos (JOSHANLOO; GEBAUER, 2019). Em países com maior grau de coletivismo, os indivíduos estão integrados em grupos sociais fortes (HOFSTEDE; HOFSTEDE; MINKOV, 2010), o que pode levar a maior confiança no próximo. Em consequência, é capaz que exista menor monitoramento nesse ambiente, facilitando assim a ocorrência da corrupção. Além disso, há a possibilidade que o coletivismo contribua para a formação de um conluio, o que favorece a ocorrência da corrupção (PALDAM, 2001).

Os resultados dos estudos anteriores evidenciam que existe relação, positiva ou negativa, entre a religiosidade e a corrupção. Neste estudo, considerou-se que maior religiosidade resulta em menor corrupção. Diante disso, surge a segunda hipótese do estudo:

**H<sub>2</sub>: A religiosidade está direta e negativamente associada à corrupção.**

## **2.5 Religiosidade e Qualidade da Contabilidade**

Uma contabilidade de alta qualidade ocorre com a representação fiel das atividades da empresa (AHMED; NEEL; WANG, 2013), ou seja, sem manipulações. A qualidade da contabilidade e a qualidade da informação contábil, nesta pesquisa, é compreendida como termos semelhantes, procedimento análogo ao adotado por Riahi-Belkaoui (2004a) e Ahmed, Neel e Wang (2013). Os referidos autores mensuram a qualidade da contabilidade por meio de medidas da qualidade da informação contábil.

A qualidade da contabilidade pode sofrer influências de normas religiosas (RIAHI-BELKAOUI, 2004a; MCGUIRE; OMER; SHARP, 2012), podendo o *ethos* antimanipulativo pregado pelas religiões influenciar a decisão do gestor em praticar e/ou permitir uma manipulação nas demonstrações contábeis (CALLEN; MOREL; RICHARDSON, 2011). Em outras palavras, pessoas religiosas, geralmente, se esforçam para serem verdadeiras (RIAHI-BELKAOUI, 2004a). Como se desviam da verdade, é possível que as manipulações contábeis sejam, sob o ponto de vista religioso, compreendidas como algo distante da ética (RIAHI-BELKAOUI, 2004a). Logo, é provável que esse ensinamento religioso afete a decisão dos indivíduos e, conseqüentemente, a qualidade da contabilidade.

A relação entre gerenciamento de resultados e religiosidade foi investigada por Grullon, Kanatas e Weston (2009) e McGuire, Omer e Sharp (2012). Grullon, Kanatas e Weston (2009), com uma amostra de, aproximadamente, 47.000 observações, identificaram que as empresas sediadas em municípios mais religiosos têm menor probabilidade de praticar gerenciamentos de resultados de forma agressiva por meio de *accruals*. Por seu turno, McGuire, Omer e Sharp (2012), identificaram que a religiosidade reduz o gerenciamento de resultados por meio de *accruals*. Os autores sugerem que a religiosidade pode atuar como um mecanismo de monitoramento do comportamento dos gestores na preparação dos relatórios corporativos.

É importante destacar que indivíduos religiosos tendem a ser mais éticos e mais avessos ao risco (BJORNSSEN; DO; OMER, 2019). Logo, os gerentes com esses atributos são mais propensos a relatar dados financeiros de forma conservadora (BJORNSSEN; DO; OMER, 2019). Bjornsen, Do e Omer (2019), com uma amostra de 27 países e em um período de 28 anos, documentaram uma associação positiva entre religiosidade e conservadorismo contábil. Essa relação também foi investigada por Ma *et al.* (2020), a partir de uma amostra do mercado de ações dos EUA, para o período de 1971 a 2010, tendo sido evidenciado que as empresas

localizadas em áreas geográficas com níveis mais elevados de religiosidade tendem a exibir maior conservadorismo.

Riahi-Belkaoui (2004a), em um estudo *cross-country*, estudou a relação da religiosidade com a opacidade de resultados. Com uma amostra de 24 países, o autor identificou que a frequência à igreja tem uma relação negativa com a opacidade dos ganhos, ou seja, quanto maior a frequência à igreja, menor a opacidade dos ganhos em determinado país. O autor sugere que a religiosidade atua como um impedimento do uso oportunista de técnicas contábeis no gerenciamento de resultados.

Em oposição aos resultados das pesquisas anteriores, que evidenciaram relação positiva entre religiosidade e qualidade da contabilidade, é possível ainda que ocorra o inverso, isto é, maior religiosidade se associe a menor qualidade da contabilidade. O baixo monitoramento, decorrente da norma religiosa de punição às más condutas (GOKCEKUS; EKICI, 2020) e de maior coletivismo em países religiosos (JOSHANLOO; GEBAUER, 2019) pode resultar em maiores oportunidades para os gestores manipularem os resultados. Além disso, maior coletivismo talvez esteja favorecendo a ação conjunta de gestores para permitir e/ou realizar manipulações contábeis. Sob essa perspectiva há a possibilidade de que ambientes mais religiosos, com menor monitoramento e laços sociais mais fortes, estejam associados a menor qualidade da contabilidade.

Opacidade de resultados, gerenciamento de resultados e conservadorismo contábil não são as únicas medidas válidas para a qualidade da contabilidade. Sob a ótica de Soderstrom e Sun (2007), um determinante da qualidade da contabilidade é a qualidade dos padrões contábeis utilizados. Assim, a qualidade da contabilidade pode também ser avaliada pela qualidade percebida dos padrões contábeis, conforme procedimento realizado por Malagueño *et al.* (2010) e Botinha (2018).

Padrões contábeis ruins ou com aplicação frouxa é uma provável motivação para os gestores manipularem os relatórios contábeis (RIahi-BELKAoui, 2004a). Quando os contadores seguem um conjunto de padrões contábeis fracos, serão gerados relatórios financeiros de baixa qualidade (LO, 2008), isso porque existe maior flexibilidade para manipular as informações. Logo, observa-se uma relação inversa entre a qualidade da contabilidade e as manipulações.

Em resumo, os resultados das pesquisas indicaram, por um lado, que a religiosidade influencia a elaboração das demonstrações contábeis e, por outro, que as religiões pregam contra a manipulação, sendo possível, portanto, conjecturar que uma contabilidade de qualidade

ocorre sem manipulações. Em vista disso, espera-se relação positiva entre religiosidade e qualidade da contabilidade, assim, postula-se a terceira hipótese de estudo:

**H<sub>3</sub>: A religiosidade está direta e positivamente associada à qualidade da contabilidade.**

## **2.6 Religiosidade, Qualidade da Contabilidade e Corrupção**

As religiões têm ensinamentos contra manipulação e corrupção (BEETS, 2007; SHABBIR; ANWAR, 2007; CALLEN; MOREL; RICHARDSON, 2011), sendo possível que esses ensinamentos se tornem uma norma social, influenciando a qualidade da contabilidade e a corrupção. Mais especificamente, a religiosidade tem o potencial de modelar a qualidade da contabilidade, a qual, já modelada pela religiosidade, controlaria a corrupção, ou seja, a relação entre religiosidade e corrupção pode ser mediada pela qualidade da contabilidade.

Estudos anteriores apontam que, em ambientes mais religiosos, é possível encontrar relatórios contábeis com maior qualidade (RIAH-BELKAOU, 2004a; GRULLON; KANATAS; WESTON, 2009; MCGUIRE; OMER; SHARP, 2012; BJORNSEN; DO; OMER, 2019; MA *et al.*, 2020). Outros estudos evidenciam que, em um ambiente contábil de maior qualidade, identifica-se menor corrupção (KIMBRO, 2002; MALAGUEÑO *et al.*, 2010; BOTINHA, 2018). Tomados em conjunto, os achados podem indicar relação indireta entre as variáveis, pois a religiosidade está associada à qualidade da contabilidade que, por sua vez, se associa à corrupção. De outra forma, a religiosidade tem o potencial para produzir relatórios contábeis de maior qualidade e esse esforço de aprimorar a qualidade dos relatórios talvez também funcione como um inibidor de práticas corruptas.

Ainda com base nas evidências da relação entre religiosidade, qualidade da contabilidade e corrupção, alicerçando-se na Teoria das Normas Sociais, é possível esperar que as empresas em áreas com alta adesão religiosa estejam inclinadas a não permitir manipulação das informações contábeis, porque as religiões pregam contra a manipulação, resultando em uma contabilidade de maior qualidade. A manipulação seria necessária para camuflar práticas corruptas, pois, para a ocorrência da corrupção, faz-se necessária uma contabilidade de menor qualidade para encobrir os rastros da corrupção por meio de manipulações. Podendo a decisão de ser mais flexível nos controles de manipulação de resultados ser influenciada pela religiosidade.

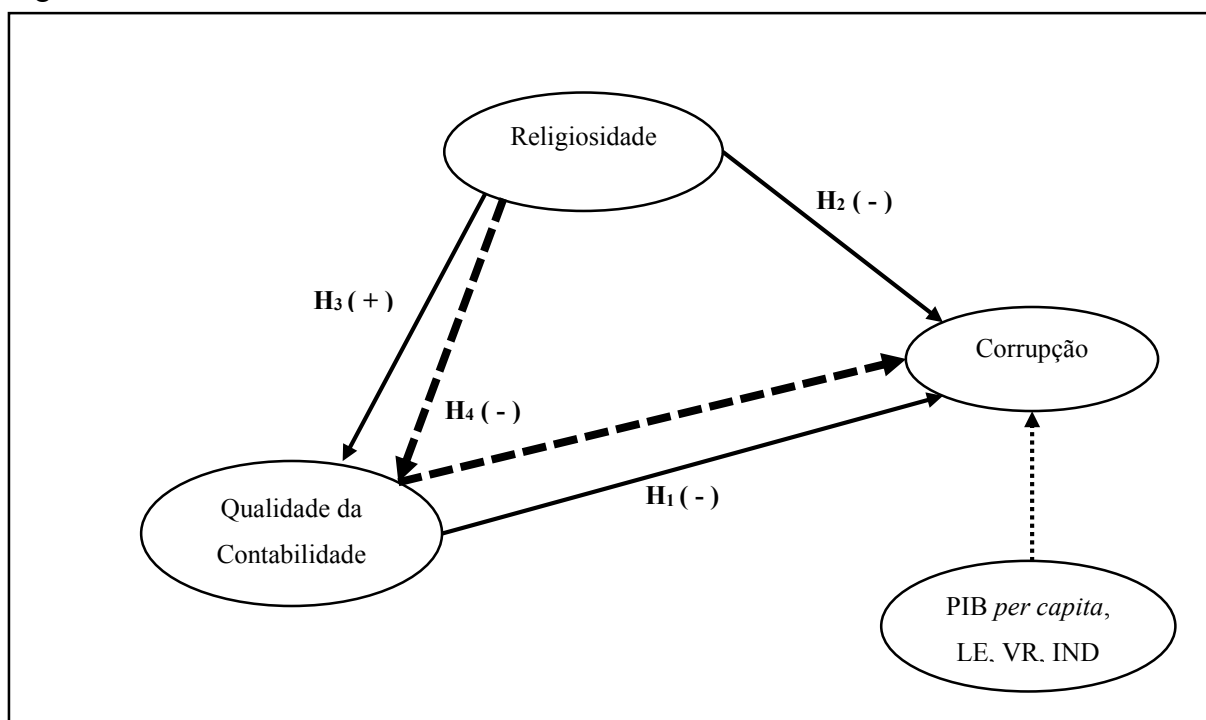
Partindo da literatura que aponta que a religiosidade afeta a qualidade da contabilidade, e a qualidade da contabilidade influencia a corrupção, este estudo apresenta a contabilidade

como uma variável mediadora da relação entre religiosidade e corrupção. A contabilidade é responsável pelo efeito mediador da relação entre religiosidade e corrupção porque o recurso utilizado para atos corruptos passa, em algum momento, pela contabilidade (WU, 2005). Isso significa que o recurso desviado por atos corruptos transita, em algum momento, nos relatórios contábeis, podendo as decisões quanto às informações divulgadas nas demonstrações contábeis serem influenciadas pela religiosidade.

Como as religiões pregam contra a manipulação de informações e a corrupção, espera-se que a existência de maiores níveis de religiosidade gere um ambiente contábil de maior qualidade capaz de mitigar práticas corruptas. Diante do exposto, formula-se a quarta hipótese de pesquisa:

**H4: A religiosidade, mediada pela qualidade da contabilidade, está negativamente associada à corrupção.**

Figura 1 – Modelo Estrutural



**Legenda:** —→ Hipótese de impacto direto; - - -→ Hipótese de mediação; .....→ Variáveis de Controle: PIB per capita, Índice de Liberdade Econômica (LE), Índice de Voz e Responsabilidade (VR), Indicador de Individualismo (IND). **Fonte:** Elaboração Própria

A partir do teste das hipóteses H<sub>1</sub>, H<sub>2</sub> e H<sub>3</sub>, é esperado que se estabeleça uma relação direta entre a corrupção, a qualidade da contabilidade e a religiosidade. Por meio da hipótese

H<sub>4</sub>, é esperado que se estabeleça uma relação indireta entre a religiosidade e a corrupção mediada pela qualidade da contabilidade. A Figura 1 apresenta as quatro hipóteses delineadas na pesquisa com os respectivos tipos de relacionamentos previstos no modelo estrutural proposto.

Os sinais esperados para as hipóteses do estudo apresentados na Figura 1 foram formulados por analogia com estudos anteriores. No próximo capítulo, são apresentados os aspectos metodológicos necessários para responder ao objetivo da pesquisa.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

#### 3.1 Coleta de Dados e Seleção da Amostra

O estudo tem por objetivo identificar a associação da religiosidade com a corrupção mediada pela qualidade da contabilidade. O Índice de Corrupção Percebida (ICP, ou *Corruption Perceptions Index* - CPI), foi obtido no sitio eletrônico do *Transparency International* e o Índice de Controle da Corrupção (COR, ou *Control of Corruption* - CC), no *World Bank*, tendo sido as variáveis utilizadas para calcular a religiosidade extraídas do sitio eletrônico *World Values Survey*. Além disso, a Qualidade Percebida da Contabilidade (QPC, ou *Perceived Accounting Quality* - PAQ) foi identificada no *World Economic Forum*, a Qualidade Regulatória (QR), no *World Bank*, e a Frequência de Auditoria *BigFour* (AUDT), no Capital IQ. Os dados das variáveis de controle foram coletados no *Fraser Institute*, Hofstede (2019), na *Central Intelligence Agency* (2020) e no *World Bank*.

Para a seleção dos países da amostra, optou-se por aqueles que disponibilizavam informações quanto à religiosidade. Em sequência, foi verificado se esses países continham o ICP e COR. Logo, a amostra inicial da pesquisa foi formada por países que disponibilizavam informações quanto à corrupção e à religiosidade, simultaneamente, tendo sido verificado, em seguida, se esses países apresentavam os índices de QPC, AUDT e QR. A seguir, identificou-se se os países com todos os dados anteriores também dispunham de informações para as variáveis de controle. O Quadro 1 resume as etapas de seleção dos países da amostra e evidencia a fonte de obtenção dos dados.

Quadro 1 - Seleção da Amostra e Fonte de Dados

Seleção dos países	Quantidade	Países excluídos	Fonte
Países listados no <i>World Values Survey</i> (WVS)	60	-	Inglehart <i>et al.</i> (2014) <sup>1</sup>
(-) Países que não possuem todas as variáveis para o cálculo da religiosidade	7	Egito, Kuwait, Tunísia, Marrocos, Iêmen, Palestina e Catar	Inglehart <i>et al.</i> (2014)
(=) Países listados simultaneamente no <i>Transparency International</i> (TI), <i>World Bank</i> (WB) e WVS	53	-	TI, WB e Inglehart <i>et al.</i> (2014)
(-) Países não listados no indicador de Qualidade Percebida da Contabilidade ou que não disponibilizavam informações para todos os anos	6	Bielorrússia, Equador, Haiti, Iraque, Líbia e Uzbequistão	<i>World Economic Forum</i>
(-) Países que não disponibilizavam informações para o cálculo da Frequência de Auditoria <i>BigFour</i>	7	Argélia, Armênia, Azerbaijão, Geórgia, Quirguistão, Ruanda e Uruguai	Capital IQ



(-) Países que não disponibilizavam informações sobre o PIB <i>per capita</i>	1	Taiwan	World Bank
(-) Países que não disponibilizavam informações sobre o individualismo	3	Cazaquistão, Chipre, Zimbábue	Hofstede (2019)
<b>(=) Amostra final</b>	<b>36</b>	-	-

**Notas:** <sup>1</sup> Referência adequada ao banco de dados do WVS. **Fonte:** Elaboração Própria

Destaca-se que a amostra final desta pesquisa é composta por 36 países, os quais são listados no Quadro 2.

Quadro 2 - Países da Amostra

África do Sul	China	Estados Unidos	Japão	Nova Zelândia	Rússia
Alemanha	Cingapura	Estônia	Jordânia	Países Baixos	Suécia
Argentina	Colômbia	Filipinas	Líbano	Paquistão	Tailândia
Austrália	Coreia do Sul	Gana	Malásia	Peru	Trindade e Tobago
Brasil	Eslovênia	Hong Kong	México	Polônia	Turquia
Chile	Espanha	Índia	Nigéria	Romênia	Ucrânia

**Fonte:** Elaboração Própria

Os dados coletados correspondem ao período de 2010 a 2014. A escolha desse período se justifica por ser o mais recente com os dados disponíveis sobre religiosidade. Os dados necessários para o cálculo da religiosidade são divulgados em períodos, sendo eles: 1981-1984, 1990-1994, 1995-1998, 1999-2004, 2005-2009 e 2010-2014. Como os dados são divulgados em ciclos, a religiosidade calculada nesta pesquisa é a mesma para os 5 anos (de 2010 a 2014). A opção por usar apenas um período se deu para manter a coerência com as informações sobre a variável religiosidade, pois, ao longo do tempo, ocorreram alterações no instrumento de pesquisa e, por consequência, com alterações nas questões utilizadas pelo órgão.

## 3.2 Definição das Variáveis

### 3.2.1 Corrupção

A literatura aponta para a dificuldade de se mensurar a corrupção, pois essa é uma atividade clandestina, não havendo estatísticas oficiais sobre os casos de corrupção (CHABOVA, 2017). De acordo com o mesmo autor, como não há possibilidade de se obterem dados diretamente sobre o nível real de corrupção, os pesquisadores são forçados a utilizar *proxies* para a corrupção como índices compostos, bem como pesquisa de opinião pública. Os índices compostos mais conhecidos são o ICP e o COR (CHABOVA, 2017). O ICP foi

selecionado para formar o construto de corrupção, porém, dada a dificuldade de se mensurar a corrupção, foi realizado um teste adicional, substituindo-se o ICP pelo COR.

O ICP é um indicador tradicional, calculado desde 1995, que mede a percepção da corrupção e classifica os países em quão corruptos são seus setores públicos, sendo divulgado um *ranking* anualmente (TRANSPARENCY, 2019). De acordo com o Transparency (2019), por trás desses números, está a realidade diária das pessoas que vivem nesses países e que o índice não é capaz de capturar a frustração individual sobre essa realidade, mas ele captura as opiniões informadas de analistas, empresários e especialistas em países ao redor do mundo (TRANSPARENCY, 2019). O ICP é calculado a partir de treze fontes de dados disponíveis que capturam a percepção de corrupção. Para que seja calculado o ICP de um país, é necessário que, no mínimo, três fontes avaliem esse país, sendo a pontuação do ICP de um país calculada como a média de todas as pontuações padronizadas disponíveis para esse país (TRANSPARENCY, 2012).

A escala utilizada para divulgar o ICP foi modificada em 2012. Em períodos anteriores a 2012, o ICP era divulgado em uma escala que varia de zero a 10. A partir de 2012, o índice passou a ser disponibilizado em uma escala que varia de zero a 100. A pontuação zero significa que o país é altamente corrupto e 10 ou 100, dependendo do ano, indica que o país é considerado livre da corrupção (TRANSPARENCY, 2012). Como o período analisado compreende escalas diferentes do índice, foi necessário realizar uma conversão. Esse procedimento foi realizado, multiplicando-se o ICP de 2010 e de 2011 por 10. Após esse processo, o índice de todo o período da pesquisa variou de zero a 100.

O COR faz parte dos Indicadores de Governança Mundial do *World Bank*. Esse índice captura a percepção sobre até que ponto o poder público é exercido para ganho privado, incluindo formas pequenas e grandiosas de corrupção (KAUFMANN; KRAAY; MASTRUZZI, 2010). Assim como o ICP, o COR também é um indicador tradicional, calculado desde 1996, a partir de várias fontes de dados. O índice varia de -2,5 a 2,5, indicando as pontuações mais baixas maior índice de corrupção e as mais altas sugerem menor corrupção.

Ressalta-se que existe uma sobreposição considerável nas fontes originais usadas para a compilação das medidas de corrupção, porém a estatística utilizada para gerar o ICP e o COR são diferentes (MENSAH, 2014). Tendo em vista as diferenças no cálculo dos índices, optou-se por utilizar as duas medidas de corrupção para obter resultados mais robustos, conforme recomendado por Mensah (2014). O ICP e o COR seguem o padrão inverso das outras variáveis de estudo em termos de sinal, sendo necessário realizar uma conversão, multiplicando-os por -

1. Dessa forma, nesta pesquisa, quanto maior o ICP ou o COR, maior a corrupção presente no país.

Além dos índices compostos para medir a corrupção, têm-se as pesquisas de opinião pública, como a divulgada pelo WVS. As pesquisas de opinião pública medem diretamente as percepções de corrupção dos residentes locais em um país. O problema em utilizar essas percepções para mensurar a corrupção é em função da influência, sobre a opinião dessas pessoas, da insatisfação com o ambiente político, dos colegas e das divulgações realizadas na mídia (CHABOVA, 2017), podendo essas influências levarem a percepções enviesadas sobre a corrupção. Diante disso, optou-se por não utilizar os índices de opinião pública nesta pesquisa.

### 3.2.2 Religiosidade

O WVS realiza pesquisas sobre crenças e valores humanos desde o início da década de 1980, sendo que os resultados das pesquisas conseguem evidenciar as crenças e valores dos países (INGLEHART *et al.*, 2014). As pesquisas do WVS são conduzidas por meio de questionários e as respostas dos questionários são organizadas e disponibilizadas em uma base de dados. A partir dessa base, são reunidas as informações necessárias para o cálculo da religiosidade. Cumpre esclarecer que, na presente pesquisa, não foram aplicados questionários, mas apenas foram utilizadas as respostas dos questionários disponíveis na base de dados do WVS.

O WVS orienta aos aplicadores do questionário que, se necessário, sejam realizadas substituições de termos de forma a englobar diversas tradições. Nesse caso, em relação às perguntas nas quais aparecem o termo “a igreja”, cujo significado se insere no contexto de países católicos, por exemplo, é orientado a substituí-lo por “organizações religiosas” para que a questão possa ser compreendida em países não cristãos (INGLEHART *et al.*, 2014). Isso evidencia que o conteúdo religioso medido é adequado no contexto de diversas crenças religiosas.

Para selecionar as questões que compuseram cada dimensão de religiosidade, espelhou-se em Huber e Huber (2012) e em Moniz (2018). O Quadro 3 indica as questões selecionadas, apontando a dimensão de religiosidade que cada questão procura mensurar. Nele ainda é possível observar as opções de respostas disponíveis aos entrevistados e a variável que é formada a partir de cada questão.

Quadro 3 - Estrutura das Questões

Dimensão	Questão originária da variável	Opções de respostas	Variáveis
Intelectual	<b>Questão 1)</b> A fé religiosa é uma qualidade importante que uma criança deve aprender em casa?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Importante</li> <li>• Não importante</li> </ul>	V1 = Importância da Fé Religiosa para a Criança
Ideológica	<b>Questão 2)</b> Acredita em Deus?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sim</li> <li>• Não</li> </ul>	V2 = Crença em Deus
	<b>Questão 3)</b> Acredita no Inferno?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sim</li> <li>• Não</li> </ul>	V3 = Crença no Inferno
Ritual	<b>Questão 4)</b> Você pertence a uma denominação religiosa? Se sim, qual?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sim (o questionário disponibiliza uma lista de opções de denominação religiosa)</li> <li>• Não</li> </ul>	V4 = Filiação à Religião
	<b>Questão 5)</b> Além de casamentos e funerais, com que frequência você frequenta cultos religiosos hoje em dia?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mais de uma vez por semana</li> <li>• Uma vez por semana</li> <li>• Uma vez por mês</li> <li>• Somente em dias santos especiais</li> <li>• Uma vez por ano</li> <li>• Menos frequentemente do que uma vez por ano</li> <li>• Nunca, praticamente nunca</li> </ul>	V5 = Frequência à Cultos Religiosos
Devocional	<b>Questão 6)</b> Além de casamentos e funerais, com que frequência você ora?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Várias vezes ao dia</li> <li>• Uma vez por dia</li> <li>• Várias vezes por semana</li> <li>• Somente quando frequenta cultos religiosos</li> <li>• Somente em dias santos especiais</li> <li>• Uma vez por ano</li> <li>• Menos frequentemente do que uma vez por ano</li> <li>• Nunca, praticamente nunca</li> </ul>	V6 = Frequência de Oração
	<b>Questão 7)</b> Independentemente de assistir a cultos religiosos ou não, você diria que é uma pessoa religiosa?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Uma pessoa religiosa</li> <li>• Não é uma pessoa religiosa</li> <li>• Um ateu</li> </ul>	V7 = Percepção da Religiosidade
Experiencial	<b>Questão 8)</b> Importância da religião na vida?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Muito importante</li> <li>• Bastante importante</li> <li>• Não é muito importante</li> <li>• Nada importante</li> </ul>	V8 = Importância da Religião

Fonte: Huber e Huber (2012), Inglehart *et al.* (2014) e Moniz (2018)

Para cada questão, a base de dados do WVS disponibiliza o percentual de entrevistados que marcaram cada alternativa do questionário. Para a questão 2, por exemplo, o entrevistado tem duas alternativas de resposta, sim ou não. Sendo, para essa pergunta, disponibilizado o percentual dos respondentes do sim e do não.

Como as questões usadas para calcular as dimensões da religiosidade estavam em estruturas diferentes, foi necessário realizar um tratamento distinto para cada questão. Esse tratamento teve o objetivo de identificar um único valor para aquela questão. O tratamento

realizado é descrito no Quadro 4. Após esse tratamento foi possível identificar a variável que origina da questão.

Quadro 4 - Tratamento Dado às Questões do WVS

Questão	Variável formada a partir da questão
1	Percentual de respondentes que consideram importante essa característica
2	Percentual de respondentes que responderam sim
3	Percentual de respondentes que responderam sim
4	Percentual de pessoas que declaram possuir alguma denominação religiosa
5	Foi atribuído maior peso para a opção que representa maior envolvimento religioso, conforme critério descrito no Quadro 5. Os pesos atribuídos foram: mais de uma vez por semana (5), uma vez por semana (5), uma vez por mês (4), somente em dias santos ou especiais (3), uma vez por ano (3), com menos frequência (2), nunca ou praticamente nunca (1). Na sequência, esse peso foi multiplicado pelo percentual de respondentes da opção. Por último, foram somados os resultados da multiplicação de cada uma das opções para encontrar um valor global para a variável
6	Foi atribuído maior peso para a opção que representa maior envolvimento religioso, conforme critério descrito no Quadro 5. Os pesos atribuídos foram: várias vezes ao dia (5), uma vez ao dia (5), várias vezes por semana (4), somente quando frequento cultos religiosos (3), somente em dias santos ou especiais (3), uma vez por ano (2), com menos frequência (2), nunca ou, praticamente nunca (1). Na sequência, esse peso foi multiplicado pelo percentual de respondentes da opção. Por último, foram somados os resultados da multiplicação de cada uma das opções para encontrar um valor global para a variável
7	Percentual de pessoas que responderam que se consideram religiosa
8	Foi atribuído maior peso para a opção que representa maior envolvimento religioso, conforme critério descrito no Quadro 5. Os pesos atribuídos foram: muito importante (5), bastante importante (4), não é muito importante (2), nada importante (1). Na sequência, esse peso foi multiplicado pelo percentual de respondentes da opção. Por último, foram somados os resultados da multiplicação de cada uma das opções para encontrar um valor global para a variável

**Fonte:** Moniz (2018) e Huber e Huber (2012)

Para as questões 1, 2, 3, 4 e 7, foi considerado o percentual de pessoas que se enquadram na opção que representa maior envolvimento religioso, conforme procedimento realizado por Moniz (2018). Na questão 2, por exemplo, para o Brasil foi considerado o percentual de pessoas que responderam sim, ou seja, 98,4% como variável (V2). Isto posto, as variáveis 1, 2, 3, 4 e 7 foram formadas a partir do percentual de indivíduos que responderam a opção que representa maior envolvimento religioso.

Para as questões 5, 6 e 8, foi adotada a atribuição de pesos conforme proposto por Huber e Huber (2012), sendo o critério utilizado para atribuir os pesos apresentado no Quadro 5. Os pesos 1 e 2 indicam que as crenças religiosas quase não estão presentes em um indivíduo e, consequentemente, questões religiosas são pouco relevantes psicologicamente (HUBER; HUBER, 2012). Os pesos 4 e 5 expressam que crenças religiosas estão claramente presentes em um indivíduo, assim, é possível supor que elas são altamente relevantes psicologicamente (HUBER; HUBER, 2012). O peso 3 sinaliza que crenças religiosas estão presentes na vida de um indivíduo, porém não são ativadas com muita frequência e intensidade (HUBER; HUBER, 2012).

Quadro 5 - Critério Usado na Atribuição de Pesos

Peso	Questão		Hermenêutica (presença de construções pessoais na personalidade)
	Frequência	Importância	
5	Muitas vezes	Muito mesmo	Presença clara
4	Frequentemente	Bastante	
3	Ocasionalmente	Moderadamente	Área de transição: presença de fundo
2	Raramente	Não muito	Nenhuma ou apenas presença marginal
1	Nunca	De modo nenhum	

**Fonte:** Huber e Huber (2012)

No Quadro 6 é apresentado um exemplo de cálculo quando ocorre a atribuição de pesos. Utilizou-se nesse exemplo a questão 5 com dados do Brasil. Os resultados desse cálculo deram origem à variável V5. As variáveis 5, 6 e 8 foram identificadas por meio do mesmo procedimento.

Quadro 6 - Exemplo do Cálculo da Variável V5

Opções de respostas	A: Percentual de respondentes da opção	B: Peso atribuído a cada opção	C: Percentual de respondentes da opção aplicado o peso (A X B)	V5 (Soma de C)
Mais de uma vez por semana	22,6	5	113	378,3
Uma vez por semana	27,3	5	136,5	
Uma vez por mês	15,1	4	60,4	
Somente em dias santos ou especiais	4,3	3	12,9	
Uma vez por ano	3,3	3	9,9	
Com menos frequência	18,9	2	37,8	
Nunca ou praticamente nunca	7,8	1	7,8	

**Legenda:** V5: Frequência à Cultos Religiosos. **Fonte:** Elaboração Própria

Após esse tratamento, descrito no Quadro 4, foi possível identificar um único valor para cada variável, logo têm-se oito variáveis no cálculo das cinco dimensões de religiosidade (intelectual, ideológica, ritualística, devocional e experiencial). A partir desses resultados, foi formado o construto de religiosidade, onde valores mais altos indicam maior religiosidade.

### 3.2.3 Qualidade da Contabilidade

O construto qualidade da contabilidade é representado pelo indicador de Qualidade Percebida da Contabilidade (QPC), pelo Índice Qualidade Regulatória (QR) e pela Frequência de Auditoria *BigFour* (AUDT). O indicador de QPC foi identificado no *The Global Competitiveness Report* (Relatório de Competitividade Global), que é divulgado anualmente pelo *World Economic Forum*. O Relatório de Competitividade Global teve início como um projeto

de pesquisa do professor Klaus Schwab, em 1979, a partir da análise de 16 países europeus (WORLD ECONOMIC FORUM, 2020). Em 2014, após trinta e cinco anos do início do projeto, o relatório já abrangia mais de 140 economias (WORLD ECONOMIC FORUM, 2020).

Destaca-se que o Índice de Competividade Global, divulgado no Relatório de Competividade Global é calculado a partir de 12 pilares. O primeiro pilar refere-se às Instituições, sendo o indicador de QPC uma medida utilizada nesse pilar. O indicador de QPC é capturado a partir de uma pesquisa de opinião com líderes empresariais, com a seguinte questão: “*In your country, how would you assess financial auditing and reporting standards regarding company financial performance?*” (WORLD ECONOMIC FORUM, 2020). Para selecionar a amostra da pesquisa, segundo o World Economic Forum (2020), é seguido um rigoroso processo de amostragem para garantir que a amostra de respondentes seja a mais representativa possível e seja comparável em todo o mundo. O indicador de QPC é divulgado em uma escala que varia de um a sete, em que um indica que os padrões contábeis e de auditoria são extremamente fracos e sete, que esses padrões são extremamente fortes (WORLD ECONOMIC FORUM, 2020).

Apenas a adoção de padrões contábeis de qualidade, como as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), pode não ser suficiente para garantir a qualidade na contabilidade, pois é necessário assegurar que essas normas sejam cumpridas para que, de fato, ocorra aumento na qualidade da contabilidade. O estudo de Landsman, Maydew e Thornock (2012) identificou melhoria na qualidade da informação contábil após a adoção das IFRS, porém essa melhoria está condicionada ao sistema regulatório dos países analisados. A qualidade aumentou nos países que adotaram as IFRS nos quais há *enforcement* legal suficiente para garantir que os requisitos das IFRS sejam atendidos (LANDSMAN; MAYDEW; THORNOCK, 2012).

O QR faz parte dos Indicadores de Governança Mundial e captura percepções da capacidade do governo de formular e implementar políticas e regulamentos sólidos que permitam e promovam o desenvolvimento do setor privado (KAUFMANN; KRAAY; MASTRUZZI, 2010). O QR varia de -2,5 a 2,5 e as pontuações mais baixas indicam menor qualidade regulatória, sugerindo pontuações mais alta uma maior qualidade regulatória. O QR está relacionado com o *enforcement* legal, pois refere-se à competência do governo de atuar no cumprimento efetivo das normas que são impostas aos agentes de mercado (VIANA JUNIOR; PAULO, 2018). Em outras palavras, mesmo que os padrões contábeis adotados no país sejam de alta qualidade, é possível que empresas não experimentem uma melhora na qualidade da

informação contábil por falta de exigências legais acerca de seu efetivo cumprimento (VIANA JUNIOR; PAULO, 2018).

Outro fator com potencial de afetar a qualidade da contabilidade é a qualidade da auditoria (KHALIL; OZKAN, 2016). É possível mensurar a qualidade da auditoria praticada em um país pela Frequência de Auditoria *BigFour* - ErnstYoung, Deloitte, KPMG e PriceWaterHouse Coopers (MALAGUEÑO *et al.*, 2010). As empresas de auditoria *BigFour* são altamente respeitáveis e melhor auditam as demonstrações contábeis, resultando em informações mais precisas e previsíveis (MALAGUEÑO *et al.*, 2010), podendo ser consideradas como relatórios contábeis de melhor qualidade.

A qualidade da auditoria é calculada pela relação entre o número de empresas auditadas por *BigFour* e o número de empresas listadas por país, variando de zero a um (BOTINHA, 2018). A variável AUDT não identifica necessariamente a qualidade dos padrões de auditoria, como o indicador de QPC com relação à qualidade da contabilidade, mas considera o efeito das *BigFour* (MALAGUEÑO *et al.*, 2010) para atestar a qualidade da auditoria praticada dentro de um país. Considerar a atuação de *BigFour* é relevante porque as grandes empresas de auditoria geralmente mantêm padrões mais elevados do que os exigidos pelos padrões nacionais (MALAGUEÑO *et al.*, 2010). Logo, o indicador de QPC e AUDT podem ser considerados complementares.

Em resumo, é possível encontrar uma contabilidade de melhor qualidade em países com elevados padrões contábeis e de auditoria, que têm alto *enforcement* legal e com maior percentual de empresas auditadas por *BigFour*.

### 3.2.4 Controle

No modelo estrutural proposto na presente pesquisa, foram controlados os cenários econômico, político e cultural. A variável escolhida para representar o cenário econômico foi o PIB *per capita*. O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma de todos os bens e produtos finais produzidos no país, podendo ser utilizado como uma medida de renda nacional. O PIB *per capita*, por sua vez, é o PIB dividido pela quantidade de habitantes de um país e é uma *proxy* para o nível de desenvolvimento econômico (MALAGUEÑO *et al.*, 2010).

Os países mais ricos possuem mais recursos para combater a corrupção (MALAGUEÑO *et al.*, 2010). De outra forma, os países com alto PIB *per capita* têm mais recursos para oferecer à população melhor serviço de educação, saúde, infraestrutura e comunicações, é possível que esses serviços sejam utilizados como mecanismos de prevenção e de controle da corrupção



(KIMBRO, 2002). Por outro lado, os países mais pobres têm menos recursos para oferecer esses serviços com a qualidade necessária para evitar a corrupção e, assim, apresentam alto nível de corrupção, podendo-se ressaltar que, à medida que esses países ficam ricos, a corrupção cai drasticamente (PALDAM, 2001).

O cenário político é representado pelo Índice de Voz e Responsabilidade (VR) e pelo Índice de Liberdade Econômica (LE). O Índice de Voz e Responsabilidade mede a capacidade dos cidadãos de um país de participar da escolha do seu governo, a liberdade de expressão, de associação e dos meios de comunicação (WORLD BANK, 2019). Em países nos quais a mídia tem liberdade, os governos se tornam mais transparentes e, assim, os casos de corrupção são mais facilmente expostos (BOTINHA, 2018). Houque e Monem (2016) identificaram que a corrupção é menor em países com maior Índice de Voz e Responsabilidade.

Além do Índice de Voz e Responsabilidade, o cenário político também é representado pelo Índice de Liberdade Econômica. A Liberdade Econômica resulta de menores intervenções governamentais, o que reduz as oportunidades de funcionários do governo praticarem atos corruptos (BOTINHA, 2018). O estudo de Picur (2004) identificou que, em países com maior Índice de Liberdade Econômica, ocorre menor incidência da corrupção.

O cenário cultural é representado pelo individualismo, uma das dimensões de Hofstede. Essa dimensão classifica as sociedades em individualista ou coletivista. O individualismo é característico de sociedades nas quais os vínculos sociais são frouxos, ou seja, espera-se que todos cuidem de si e de sua família imediata (HOFSTEDE; HOFSTEDE; MINKOV, 2010). O oposto de individualismo é o coletivismo, que caracteriza as sociedades em que as pessoas, desde o nascimento, são integradas a grupos fortes e coesos e, durante a vida, essas pessoas continuam a protegê-las em troca de uma lealdade inquestionável (HOFSTEDE; HOFSTEDE; MINKOV, 2010). A questão fundamental abordada nessa dimensão é o grau de interdependência que uma sociedade mantém entre seus membros, ou seja, a autoimagem das pessoas é definida em termos de “eu” ou “nós” (HOFSTEDE, 2019).

O individualismo pode afetar o comportamento de contadores e auditores para reportar atos corruptos (KIMBRO, 2002). Em outras palavras, se existe um vínculo social frouxo, existe menor lealdade com o grupo social e, assim, contadores e auditores estariam mais dispostos a realizar denúncias, contribuindo para reduzir a corrupção. Nesse cenário, espera-se que o individualismo tenha relação negativa com a corrupção, ou seja, quanto maior o individualismo, maior a probabilidade de denúncias e, portanto, menor corrupção.

As quatro variáveis que formam o construto de controle (PIB *per capita*, o Índice Liberdade Econômica, o Índice Voz e Responsabilidade, e o Indicador de Individualismo)

apresentam relação inversa com a corrupção. Nesta pesquisa, espera-se que, quanto maior o construto de controle, menor a corrupção.

A probabilidade de detecção de atos corruptos depende, em parte, da eficácia do sistema legal, pois os sistemas legais se diferem em relação ao grau de proteção e oportunidade de atos corruptos (BOTINHA; LEMES, 2019). Assim, ocorreu o controle dos sistemas jurídicos vigentes nos países da amostra. As variáveis utilizadas no estudo estão resumidas no Quadro 7.

Quadro 7 - Variáveis do Estudo

Construtos	Variáveis observáveis	Sigla das variáveis
Corrupção <sup>1</sup>	Índice de Corrupção Percebida	ICP
	Índice de Controle da Corrupção	COR
Religiosidade	Importância da Fé Religiosa para a Criança	V1
	Crença em Deus	V2
	Crença no Inferno	V3
	Filiação à Religião	V4
	Frequência à Cultos Religiosos	V5
	Frequência de Oração	V6
	Percepção da Religiosidade	V7
	Importância da Religião	V8
Qualidade da Contabilidade	Indicador de Qualidade Percebida da Contabilidade	QPC
	Índice de Qualidade Regulatória	QR
	Frequência de Auditoria <i>BigFour</i>	AUDT
Variáveis de Controle	PIB <i>per capita</i>	PIB <i>per capita</i>
	Índice de Liberdade Econômica	LE
	Índice de Voz e Responsabilidade	VR
	Indicador de Individualismo	IND
	Sistema Jurídico	SJ

**Notas:** <sup>1</sup> O teste foi realizado com o ICP como construto de corrupção. O teste de sensibilidade foi com o COR.

**Fonte:** Elaboração Própria

### 3.3 Tratamento dos Dados

Para o tratamento dos dados, utilizou-se a Modelagem de Caminho por Mínimos Quadrados Parciais (*Partial Least Squares Path Modeling* – PLS-PM). Essa técnica permite analisar múltiplos relacionamentos de forma simultânea (SANCHEZ, 2013), o que permitiu examinar as relações entre a religiosidade, a qualidade da contabilidade e a corrupção.

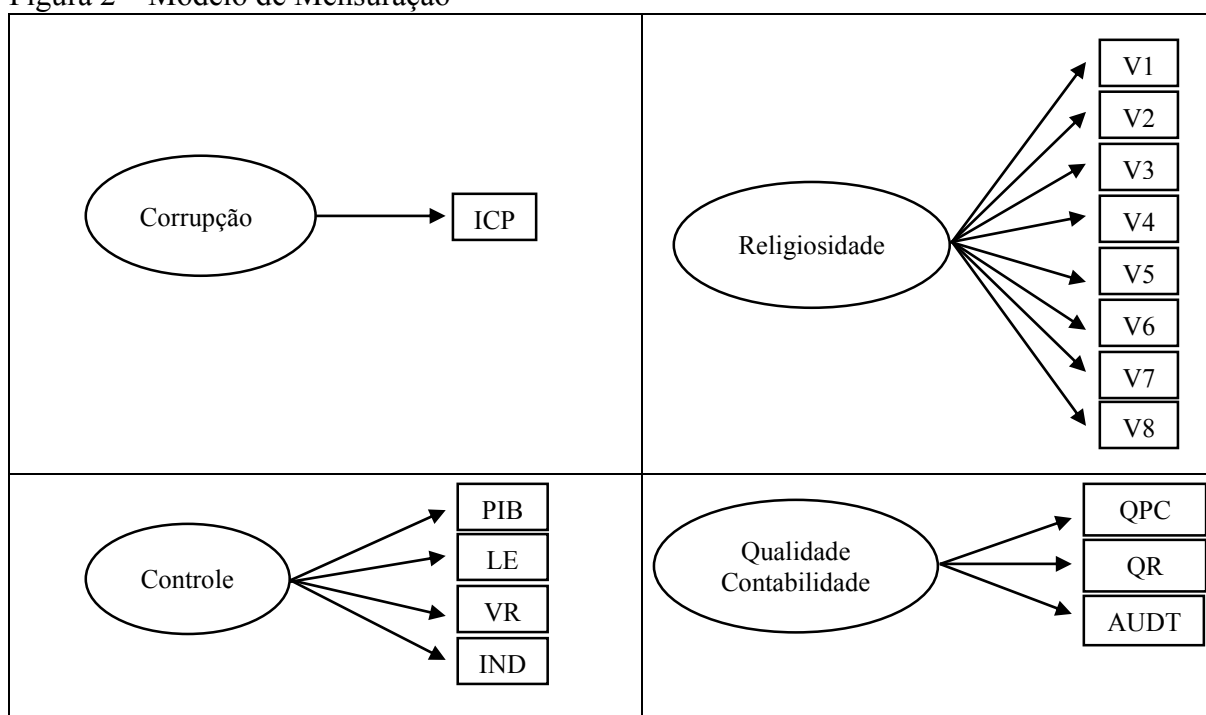
Uma vantagem na utilização da técnica PLS-PM é a possibilidade de se utilizar variáveis observáveis para estimar variáveis difíceis de se mensurar (construtos) ou que não podem ser medidas diretamente (SANCHEZ, 2013; PINTO, 2017). A corrupção é uma atividade clandestina por isso não existe estatísticas oficiais sobre os casos (CHABOVA, 2017), ou seja, não é possível mensura-la diretamente. A religiosidade e a qualidade da contabilidade são

variáveis difíceis de mensurar, não existindo apenas uma metodologia para calculá-las, conforme apresentado nas seções 2.2 e 2.5.

Em PLS-PM existem duas formas de se mensurarem os construtos: o modo formativo e o modo reflexivo. O modo formativo supõe que diferentes indicadores são a causa de um construto (SANCHEZ, 2013), ou seja, o construto é formado pelo conjunto de indicadores que lhe estão associadas (PINTO, 2017). O modo reflexivo considera que os indicadores são consequências dos construtos (SANCHEZ, 2013), ou seja, cada construto reflete um conjunto de indicadores (PINTO, 2017). A principal diferença entre as formas reflexiva e formativa diz respeito às relações causa-efeito entre os indicadores e os construtos (SANCHEZ, 2013).

Os construtos são medidos, nesta pesquisa, pelo modo reflexivo. A Figura 2 ilustra o modelo de medição. O modo reflexivo é o tipo de abordagem mais utilizado na literatura (NASCIMENTO; MACEDO, 2016). Em contabilidade, são exemplos de construtos formados pelo modo reflexivo os indicadores que capturam as percepções (NASCIMENTO; MACEDO, 2016).

Figura 2 – Modelo de Mensuração



Fonte: Elaboração Própria

Os construtos de corrupção e de qualidade da contabilidade possuem variáveis de percepção, por isso foram classificados nesse estudo pelo modo reflexivo. Na classificação do construto de religiosidade, no modo reflexivo, considerou que maior religiosidade resulta em maior frequência à cultos religiosos e orações, por exemplo. O construto de controle é

classificado como reflexivo por considerar que as variáveis que o compõe representem as variações que ocorrem no cenário econômico, político e cultural.

Em PLS-PM, utilizam-se dois submodelos: o Modelo Estrutural e o Modelo de Mensuração (PINTO, 2017). O Modelo de Mensuração (Figura 2), também conhecido como modelo externo, é a parte do modelo que trata do relacionamento entre os construtos e suas variáveis observáveis (SANCHEZ, 2013). O Modelo Estrutural (Figura 1), também conhecido como modelo interno, evidencia as relações entre os construtos (SANCHEZ, 2013). Em outras palavras, no Modelo Estrutural, são exibidos os caminhos entre os construtos e, a partir dos caminhos, são formadas as hipóteses de pesquisa.

Seguindo Sanches (2013), avaliaram-se os modelos pelas seguintes etapas: Modelo de Mensuração, por meio da unidimensionalidade, cargas e comunalidades, e cargas cruzadas; e o Modelo Estrutural, pelo coeficiente de determinação ( $R^2$ ), o índice de redundância, a *average variance extracted* (AVE) e a qualidade do ajuste. A validação do modelo proposto foi realizada por meio da técnica de *bootstrapping* com 100 subamostras (SANCHEZ, 2013).

Na seção seguinte, são apresentadas as análises e a discussão dos resultados, abordando a avaliação do Modelo de Mensuração e do Modelo Estrutural, além da validação do modelo.

## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 4.1 Análise Descritiva dos Dados

Antes de iniciar a apresentação e a análise dos resultados, relata-se a descrição dos dados por meio da estatística descritiva, como exposto na Tabela 1, bem como a matriz de correlação (Tabela 2). Foi aplicado o Teste de Normalidade de Shapiro-Wilk para identificar se os dados apresentam distribuição normal. Os resultados do teste evidenciaram a não normalidade dos dados.

Tabela 1 - Estatística Descritiva das Variáveis

Variáveis	Obs.	Mediana	Q1 (25%)	Q3 (75%)	Mínimo	Máximo	Shapiro-Wilk <i>p-value</i>
<b>Corrupção</b>							
ICP	180	(44,5000)	(72,0000)	(35,0000)	(95,0000)	(21,0000)	0,0000
COR	180	(0,0427)	(1,4302)	0,4161	(2,3418)	1,2747	0,0000
<b>Qualidade da Contabilidade</b>							
QPC	180	5,0000	4,4000	5,5000	3,4000	6,7000	0,0184
QR	180	0,4730	(0,0136)	1,3975	(1,0743)	2,2335	0,0000
AUDT	180	0,5738	0,4026	0,7735	0,0000	1,0000	0,0000
<b>Religiosidade</b>							
V1	180	34,1500	15,7200	53,7300	1,2000	83,1000	0,0000
V2	180	90,7000	58,5200	98,4000	16,8000	100,0000	0,0000
V3	180	58,9000	38,5000	77,9000	12,3000	99,8000	0,0000
V4	180	81,9000	65,3800	93,5000	13,7000	99,9000	0,0000
V5	180	319,7500	236,7000	374,8000	126,2000	473,2000	0,0001
V6	180	361,6500	242,6000	430,6000	145,3000	484,7000	0,0000
V7	180	65,6000	42,3500	80,8800	12,5000	99,7000	0,0000
V8	180	391,8000	254,3000	432,8000	154,0000	491,8000	0,0000
<b>Controle</b>							
PIB <i>per capita</i>	180	12352,400 0	6324,1000	32014,000 0	988,8000	68150,100 0	0,0000
LE	180	7,2200	6,5980	7,7420	4,6100	8,9400	0,0453
VR	180	0,4343	(0,2074)	1,0660	(1,6805)	1,6904	0,0002
IND	180	31,0000	22,2500	53,2500	13,0000	91,0000	0,0000

**Legenda:** ICP: Índice de Corrupção Percebida; COR: Índice de Controle da Corrupção; QPC: Indicador de Qualidade Percebida da Contabilidade; QR: Índice de Qualidade Regulatória; AUDT: Frequência de Auditoria *BigFour*; V1: Importância da Fé Religiosa para a Criança; V2: Crença em Deus; V3: Crença no Inferno; V4: Filiação à Religião; V5: Frequência à Cultos Religiosos; V6: Frequência de Oração; V7: Percepção da Religiosidade; V8: Importância da Religião; LE: Índice de Liberdade Econômica; VR: Índice de Voz e Responsabilidade; IND: Indicador de Individualismo. **Fonte:** Dados da Pesquisa

É possível identificar, por meio da Tabela 1, que o ICP e o COR apresentam mediana próxima a 50% da escala da variável. Isso caracteriza a amostra como heterogênea, ou seja, na amostra, existem países classificados como mais e menos corruptos e essa heterogeneidade da amostra reduz o viés de seleção. Apesar da heterogeneidade dos dados, pode observar que

nenhum país atingiu os extremos dos índices, indicando que nenhum país da amostra se encontra livre de corrupção ou com nível máximo de corrupção.

Para determinar o tamanho da amostra, considerou-se o nível de confiança (0,05), o tamanho de efeito (0,15), o nível de potência estatística (0,80) e quatro preditores. Com isso, o tamanho mínimo definido estatisticamente foi de 84 casos. Como a amostra da pesquisa é composta por 180 casos, considerou-se como adequada. Adicionalmente, uma vantagem na utilização de PLS-PM é a flexibilidade em relação ao tamanho da amostra (NASCIMENTO; MACEDO, 2016), reforçando a adequação da amostra para o estudo.

Na Tabela 2, é apresentada a matriz de correlação, a qual é mensurada por meio do método de Spearman, já que as variáveis não apresentaram uma distribuição normal. Com base na Tabela 2, observa-se que a interação do ICP com as demais variáveis apresenta significância estatística. Considerou-se correlação baixa quando os valores se encontram entre 0,21 e 0,40 (HAIR JR.; PAGE; BRUNSVELD, 2020). Assim, avalia-se que exista correlação pequena entre o ICP com AUDT e V3. Logo, existe probabilidade de que as relações identificadas, entre o ICP com AUDT e V3, exerçam baixa influência na relação proposta.

A correlação moderada, com valores entre 0,41 e 0,70 (HAIR JR.; PAGE; BRUNSVELD, 2020), ocorre entre o ICP com V1, V2, V4, V5, V6, V7, V8 e IND. A relação entre o ICP e V1, V2, V4, V5, V6, V7 e V8 é positiva, sugerindo que maior religiosidade está associada a maior ICP, apoiando, portanto, os achados de Gokcekus e Ekici (2020). Quanto à relação entre o ICP e o IND, ela é negativa, sinalizando que maior individualismo se associa a menor ICP, sustentando os argumentos de Kimbro (2002) de que, em sociedades individualistas, onde se encontra menor lealdade com o grupo social, os contadores e auditores estão mais dispostos a reportar atos corruptos.

Alta correlação, com valores entre 0,71 a 0,90 (HAIR JR.; PAGE; BRUNSVELD, 2020), ocorre entre o ICP e QPC, PIB *per capita*, LE e VR. Existe uma relação inversa entre o ICP e QPC, convergindo esse resultado para os achados de estudos anteriores (MALAGUEÑO *et al.*, 2010; BOTINHA, 2018). Quanto à relação negativa do ICP com PIB *per capita*, o LE e o VR apoiam os resultados de pesquisas anteriores, indicando que países com melhor desenvolvimento econômico têm mais recursos para combater a corrupção (KIMBRO, 2002; MALAGUEÑO *et al.*, 2010), que maior liberdade econômica reduz a oportunidade de funcionários do governo de realizar atos corruptos (PICUR, 2004) e que, em países nos quais a mídia tem liberdade, os governos se tornam mais transparentes, reduzindo, consequentemente, a corrupção (HOUQE; MONEM, 2016).

Tabela 2 - Matriz de Correlação

	ICP	COR	QPC	QR	AUDT	V1	V2	V3	V4	V5	V6	V7	V8	PIB per capita	LE	VR	IND
ICP	1,0000																
COR	0,9730 ***	1,0000															
QPC	(0,7531) ***	(0,7591) ***	1,0000														
QR	(0,9125) ***	(0,9242) ***	0,7500 ***	1,0000													
AUDT	(0,2721) ***	(0,3136) ***	0,1620 **	0,2741 ***	1,0000												
V1	0,4797 ***	0,4837 ***	(0,2798) ***	(0,4883) ***	(0,2359) **	1,0000											
V2	0,5478 ***	0,5421 ***	(0,3695) ***	(0,5511) ***	(0,1592) **	0,8536 ***	1,0000										
V3	0,4004 ***	0,3998 ***	(0,2655) ***	(0,3846) ***	(0,3066) ***	0,7437 ***	0,7704 ***	1,0000									
V4	0,5476 ***	0,5449 ***	(0,4006) ***	(0,5661) ***	(0,3048) ***	0,7817 ***	0,7408 ***	0,7897 ***	1,0000								
V5	0,5250 ***	0,5208 ***	(0,2604) ***	(0,5184) ***	(0,1978) ***	0,8588 ***	0,8272 ***	0,7404 ***	0,7510 ***	1,0000							
V6	0,5249 ***	0,5165 ***	(0,3371) ***	(0,5246) ***	(0,1997) ***	0,9221 ***	0,9083 ***	0,8257 ***	0,7957 ***	0,9063 ***	1,0000						
V7	0,5358 ***	0,5460 ***	(0,4266) ***	(0,5548) ***	(0,3280) ***	0,8437 ***	0,8597 ***	0,6329 ***	0,7379 ***	0,7820 ***	0,8223 ***	1,0000					
V8	0,5505 ***	0,5471 ***	(0,3249) ***	(0,5557) ***	(0,2826) ***	0,9298 ***	0,8680 ***	0,8692 ***	0,8631 ***	0,8865 ***	0,9408 ***	0,8055 ***	1,0000				
PIB per capita	(0,8069) ***	(0,8273) ***	0,5439 ***	0,8317 ***	0,3328 ***	(0,6602) ***	(0,6309) ***	(0,5068) ***	(0,6837) ***	(0,6553) ***	(0,6241) ***	(0,6472) ***	(0,7066) ***	1,0000			
LE	(0,8284) ***	(0,8242) ***	0,6970 ***	0,9021 ***	0,1780 **	(0,3867) ***	(0,4052) ***	(0,2484) ***	(0,4855) ***	(0,4188) ***	(0,4171) ***	(0,4701) ***	(0,4594) ***	0,6971 ***	1,0000		
VR	(0,7611) ***	(0,7860) ***	0,5606 ***	0,7484 ***	0,3884 ***	(0,4230) ***	(0,4746) ***	(0,5539) ***	(0,5738) ***	(0,4484) ***	(0,4927) ***	(0,3726) ***	(0,5663) ***	0,7165 ***	0,6393 ***	1,0000	
IND	(0,4335) ***	(0,4379) ***	0,4407 ***	0,3571 ***	0,0808 *	(0,3725) ***	(0,3344) ***	(0,4040) ***	(0,3636) ***	(0,3061) ***	(0,3998) ***	(0,2580) ***	(0,4511) ***	0,4990 ***	0,3720 ***	0,5972 ***	1,0000

**Legenda:** ICP: Índice de Corrupção Percebida; COR: Índice de Controle da Corrupção; QPC: Indicador de Qualidade Percebida da Contabilidade; QR: Índice de Qualidade Regulatória; AUDT: Frequência de Auditoria *BigFour*; V1: Importância da Fé Religiosa para a Criança; V2: Crença em Deus; V3: Crença no Inferno; V4: Filiação à Religião; V5: Frequência à Cultos Religiosos; V6: Frequência de Oração; V7: Percepção da Religiosidade; V8: Importância da Religião; LE: Índice de Liberdade Econômica; VR: Índice de Voz e Responsabilidade; IND: Indicador de Individualismo. **Onde:** \*\*\*significante a 1%; \*\* significante a 5%; \* significante a 10%. **Fonte:** Dados da Pesquisa

A correlação forte ocorre quando o coeficiente de correlação se encontra entre 0,91 e 1 (HAIR JR.; PAGE; BRUNSVELD, 2020). Logo, a correlação entre o ICP com o COR e QR pode ser classificada como forte. A correlação entre o ICP e QR é negativa, enquanto que a correlação entre o ICP e COR é positiva. Os resultados sugerem que maior ICP está associado a menor qualidade regulatória e maior COR. As associações da corrupção com as demais variáveis também ocorrem quando avaliadas por meio do COR.

Foi possível identificar ainda uma relação negativa entre as variáveis que medem a religiosidade (V1, V2, V3, V4, V5, V6, V7 e V8) e o PIB *per capita*. Esse achado está de acordo com os resultados destacados em pesquisas anteriores (GRABIŃSKI; WÓJTOWICZ, 2019; JOSHANLOO; GEBAUER, 2019). De acordo com Grabiński e Wójtowicz (2019), nos países mais pobres do mundo, o percentual da população que afirma que a religião é importante em suas vidas diárias é de 95%, à medida que, nos países mais ricos, esse percentual é de 47%. Em outras palavras, países religiosos são economicamente menos desenvolvidos (JOSHANLOO; GEBAUER, 2019).

Países religiosos são caracterizados como tendo maior coletivismo (JOSHANLOO; GEBAUER, 2019). O coletivismo pode ser estudado por meio do indicador de individualismo (IND). Foi possível identificar uma relação significativa e negativa entre todas as variáveis de religiosidade e IND, sendo o coletivismo o oposto de individualismo. Os resultados sugerem que menor individualismo está associado a maior religiosidade, ou seja, em países com menor individualismo, encontra-se maior coletivismo e maior religiosidade.

Em resumo, seja a corrupção mensurada pelo ICP ou pelo COR, identificou-se uma associação negativa com as variáveis que representam a qualidade da contabilidade (QPC, QR e AUDT) e positiva com as variáveis que medem a religiosidade (V1, V2, V3, V4, V5, V6, V7 e V8). A relação da corrupção com as variáveis de controle (PIB *per capita*, LE, VR e IND) se mostrou negativa. Os resultados obtidos por meio do teste de correlação de Spearman, conforme apresentados na Tabela 2, são prévios, sendo necessária uma confirmação por meio da modelagem PLS-PM.

#### **4.2 Avaliação do Modelo de Mensuração da Modelagem de Caminho por Mínimos Quadrados Parciais**

A avaliação do Modelo de Mensuração, que é um dos submodelos que permite a Modelagem de Caminho por Mínimos Quadrados Parciais quando a formação dos construtos segue o modo reflexivo, é realizada por meio de três avaliações: 1) da unidimensionalidade; 2)



da validade convergente; e 3) da validade discriminante (SANCHEZ, 2013). No presente estudo, a avaliação do Modelo de Mensuração seguiu o que foi proposto por Sanchez (2013). Essa análise é importante, visto que um construto criado por essa metodologia considera que as variáveis observáveis estão medindo o mesmo evento, sendo necessário, para isso, que estejam altamente correlacionadas (SANCHEZ, 2013).

A unidimensionalidade da avaliação do Modelo de Mensuração pode ser avaliada por meio de três índices: o Alfa de Cronbach, o Rho de Dillon-Goldstein e pelo primeiro e segundo autovalor da matriz de correlação (SANCHEZ, 2013). Os resultados dos índices são apresentados na Tabela 3.

Tabela 3 - Unidimensionalidade do Modelo de Mensuração Inicial

<b>Construtos</b>	<b>Alfa de Cronbach</b>	<b>Rho de Dillon-Goldstein</b>	<b>Primeiro autovalor</b>	<b>Segundo autovalor</b>
Corrupção	1,0000	1,0000	1,0000	0,0000
Qualidade da Contabilidade	0,6800	0,8280	1,8900	0,8830
Religiosidade	0,9730	0,9770	6,7300	0,4210
Controle	0,8520	0,9010	2,7800	0,6520

**Fonte:** Dados da Pesquisa

Para que um construto seja considerado unidimensional, é recomendado que os valores do Alfa de Cronbach e do Rho de Dillon-Goldstein estejam acima de 0,7 (SANCHEZ, 2013). Quanto ao primeiro autovalor, ele deve ser muito maior que um, enquanto o segundo autovalor deve ser muito menor que um (SANCHEZ, 2013). Os resultados apresentados na Tabela 3 indicam que os índices, exceto o Alfa de Cronbach para o construto de qualidade da contabilidade, atendem ao recomendado, sinalizando que os construtos podem ser considerados unidimensionais. O Alfa de Cronbach do construto de qualidade da contabilidade, apesar de não estar acima do recomendado, que é de 0,70, está bem próximo (0,68). Além disso, tanto o Rho de Dillon-Goldstein, quanto o primeiro e o segundo autovalores, estão entre os valores indicados como aceitáveis para o construto de qualidade da contabilidade. Dessa forma, considera-se que esse construto também seja unidimensional.

A segunda etapa da avaliação do Modelo de Mensuração, a validade convergente, ocorre por meio das cargas e comunalidade. As cargas são correlações entre um construto e suas variáveis observáveis e as comunalidades são as cargas ao quadrado (SANCHEZ, 2013). De acordo com Sanchez (2013), é aceitável cargas maiores que 0,7, o que resulta em uma comunalidade próxima a 0,5. A comunalidade mede a parcela da variação que é comum entre o construto e as variáveis observáveis, e uma carga maior que 0,7 significa que,

aproximadamente, 50% da variabilidade em uma variável observável é capturada por seu construto (SANCHEZ, 2013).

Tabela 4 - Cargas e Comunalidade do Modelo de Mensuração Inicial

Variáveis	Cargas	Comunalidade
ICP	1,0000	1,0000
QPC	0,8860	0,7850
QR	0,9480	0,8990
AUDT	0,4510	0,2030
V1	0,9180	0,8420
V2	0,8920	0,7950
V3	0,8610	0,7410
V4	0,8850	0,7840
V5	0,9320	0,8700
V6	0,9660	0,9340
V7	0,9030	0,8160
V8	0,9750	0,9510
LE	0,8000	0,6400
VR	0,8540	0,7290
PIB <i>per capita</i>	0,9070	0,8230
IND	0,7620	0,5810

**Legenda:** ICP: Índice de Corrupção Percebida; QPC: Indicador de Qualidade Percebida da Contabilidade; QR: Índice de Qualidade Regulatória; AUDT: Frequência de Auditoria *BigFour*; V1: Importância da Fé Religiosa para a Criança; V2: Crença em Deus; V3: Crença no Inferno; V4: Filiação à Religião; V5: Frequência à Cultos Religiosos; V6: Frequência de Oração; V7: Percepção da Religiosidade; V8: Importância da Religião; LE: Índice de Liberdade Econômica; VR: Índice de Voz e Responsabilidade; IND: Indicador de Individualismo. **Fonte:** Dados da Pesquisa

Os valores obtidos para as cargas e comunalidades são apresentados na Tabela 4. Nota-se que os valores estão acima do recomendado, exceto para AUDT, o que indica que os construtos conseguem capturar mais de 50% da variação que ocorre nas variáveis observáveis. A carga de AUDT é menor que o valor indicado. Nessa situação, a variável poderia ser excluída, pois pouco contribuiu para a formação do construto de qualidade da contabilidade. Porém, estudos anteriores utilizaram essa variável em suas análises (MALAGUEÑO *et al.*, 2010; MCGUIRE; OMER; SHARP, 2012; DU *et al.*, 2015; BOTINHA, 2018). Com base nesses estudos, optou por manter essa variável no construto de qualidade da contabilidade.

A terceira etapa, a validade discriminante, consiste em avaliar se a carga de uma variável observável é maior no construto que a compõe em relação a outros construtos, pois nenhuma variável observável deve ter carga maior em outro construto (SANCHEZ, 2013). Se uma variável observável tem maior carga em outros construtos, além do que ela pretende medir, é porque não está claro qual construto ou construtos estão realmente refletindo (SANCHEZ, 2013). Essa avaliação permite verificar até que ponto uma determinada construção se diferencia das demais e é realizada por meio das cargas cruzadas, cujos resultados são apresentados na Tabela 5.

Tabela 5 - Cargas Cruzadas do Modelo de Mensuração Inicial

<b>Construtos</b> <b>Variáveis</b>	<b>Corrupção</b>	<b>Qualidade da Contabilidade</b>	<b>Religiosidade</b>	<b>Controle</b>
ICP	<b>1,0000</b>	-0,9000	0,5920	-0,9170
QPC	-0,7430	<b>0,8860</b>	-0,3450	0,6980
QR	-0,9300	<b>0,9480</b>	-0,5350	0,8980
AUDT	-0,3080	<b>0,4510</b>	-0,2410	0,3030
V1	0,5500	-0,4600	<b>0,9180</b>	-0,5250
V2	0,4960	-0,4100	<b>0,8920</b>	-0,3930
V3	0,4700	-0,4090	<b>0,8610</b>	-0,4810
V4	0,5290	-0,4760	<b>0,8850</b>	-0,4790
V5	0,5630	-0,4290	<b>0,9320</b>	-0,5030
V6	0,5620	-0,4460	<b>0,9660</b>	-0,5150
V7	0,5710	-0,5360	<b>0,9030</b>	-0,4720
V8	0,5880	-0,4560	<b>0,9750</b>	-0,5650
LE	-0,8070	0,8300	-0,3840	<b>0,8000</b>
VR	-0,7410	0,7060	-0,3810	<b>0,8540</b>
PIB <i>per capita</i>	-0,8790	0,7710	-0,6040	<b>0,9070</b>
IND	-0,5760	0,5150	-0,3950	<b>0,7620</b>

**Legenda:** ICP: Índice de Corrupção Percebida; QPC: Indicador de Qualidade Percebida da Contabilidade; QR: Índice de Qualidade Regulatória; AUDT: Frequência de Auditoria *BigFour*; V1: Importância da Fé Religiosa para a Criança; V2: Crença em Deus; V3: Crença no Inferno; V4: Filiação à Religião; V5: Frequência à Cultos Religiosos; V6: Frequência de Oração; V7: Percepção da Religiosidade; V8: Importância da Religião; LE: Índice de Liberdade Econômica; VR: Índice de Voz e Responsabilidade; IND: Indicador de Individualismo. **Fonte:** Dados da Pesquisa

Por meio dos valores das cargas cruzadas (Tabela 5), é possível verificar que existe conflito entre o construto de Controle e o de Qualidade da Contabilidade, o que ocorreu para a variável LE. Para resolver esse problema, foi excluída a variável LE. Com a exclusão, o construto de controle passa a ser constituído por apenas uma variável, o Índice de Voz e Responsabilidade, para representar o cenário político.

Como ocorreu alteração na formação de um construto, é necessário repetir toda a avaliação do Modelo de Mensuração. A Tabela 6 contém os resultados da avaliação da unidimensionalidade, a Tabela 7, os da validade convergente, e a Tabela 8, os da validade discriminante.

Tabela 6 - Unidimensionalidade do Modelo Final de Mensuração

<b>Construtos</b>	<b>Alfa de Cronbach</b>	<b>Rho de Dillon-Goldstein</b>	<b>Primeiro autovalor</b>	<b>Segundo autovalor</b>
Corrupção	1,0000	1,0000	1,0000	0,0000
Qualidade da Contabilidade	0,6800	0,8280	1,8900	0,8830
Religiosidade	0,9730	0,9770	6,7300	0,4210
Controle	0,8500	0,9090	2,3100	0,3650

**Fonte:** Dados da Pesquisa

Os valores para unidimensionalidade (Tabela 6) do construto de controle continuam entre o recomendado, indicando que o construto permanece unidimensional.

Tabela 7 - Cargas e Comunalidade do Modelo Final de Mensuração

Variáveis	Cargas	Comunalidade
ICP	1,0000	1,0000
QPC	0,8860	0,7850
QR	0,9480	0,8990
AUDT	0,4510	0,2030
V1	0,9180	0,8420
V2	0,8920	0,7950
V3	0,8610	0,7410
V4	0,8850	0,7840
V5	0,9320	0,8700
V6	0,9660	0,9340
V7	0,9030	0,8160
V8	0,9750	0,9510
VR	0,8840	0,7810
PIB <i>per capita</i>	0,9020	0,8130
IND	0,8400	0,7050

**Legenda:** ICP: Índice de Corrupção Percebida; QPC: Indicador de Qualidade Percebida da Contabilidade; QR: Índice de Qualidade Regulatória; AUDT: Frequência de Auditoria *BigFour*; V1: Importância da Fé Religiosa para a Criança; V2: Crença em Deus; V3: Crença no Inferno; V4: Filiação à Religião; V5: Frequência à Cultos Religiosos; V6: Frequência de Oração; V7: Percepção da Religiosidade; V8: Importância da Religião; VR: Índice de Voz e Responsabilidade; IND: Indicador de Individualismo. **Fonte:** Dados da Pesquisa

Os resultados da Tabela 7 evidenciam que os valores para as cargas e comunalidades permanecem acima do que é indicado, exceto para a variável AUDT, o que reitera o resultado obtido anteriormente, mas, como mencionado, a variável AUDT foi mantida com base na literatura anterior, que utiliza essa variável em suas análises (MALAGUEÑO *et al.*, 2010; MCGUIRE; OMER; SHARP, 2012; DU *et al.*, 2015).

Tabela 8 - Cargas Cruzadas do Modelo Final de Mensuração

Construtos Variáveis	Corrupção	Qualidade da Contabilidade	Religiosidade	Controle
ICP	<b>1,0000</b>	-0,9000	0,5920	-0,8560
QPC	-0,7430	<b>0,8860</b>	-0,3450	0,6220
QR	-0,9300	<b>0,9480</b>	-0,5350	0,7960
AUDT	-0,3080	<b>0,4510</b>	-0,2410	0,3190
V1	0,5500	-0,4600	<b>0,9180</b>	-0,5320
V2	0,4960	-0,4100	<b>0,8920</b>	-0,3870
V3	0,4700	-0,4090	<b>0,8610</b>	-0,5290
V4	0,5290	-0,4760	<b>0,8850</b>	-0,4630
V5	0,5630	-0,4290	<b>0,9320</b>	-0,5120
V6	0,5620	-0,4460	<b>0,9660</b>	-0,5220
V7	0,5710	-0,5360	<b>0,9030</b>	-0,4240
V8	0,5880	-0,4560	<b>0,9750</b>	-0,5860
VR	-0,7410	0,7060	-0,3810	<b>0,8840</b>
PIB <i>per capita</i>	-0,8790	0,7710	-0,6040	<b>0,9020</b>
IND	-0,5760	0,5150	-0,3950	<b>0,8400</b>

**Legenda:** ICP: Índice de Corrupção Percebida; QPC: Indicador de Qualidade Percebida da Contabilidade; QR: Índice de Qualidade Regulatória; AUDT: Frequência de Auditoria *BigFour*; V1: Importância da Fé Religiosa para a Criança; V2: Crença em Deus; V3: Crença no Inferno; V4: Filiação à Religião; V5: Frequência à Cultos Religiosos; V6: Frequência de Oração; V7: Percepção da Religiosidade; V8: Importância da Religião; VR: Índice de Voz e Responsabilidade; IND: Indicador de Individualismo. **Fonte:** Dados da Pesquisa

É possível observar (Tabela 8) que, após a exclusão do LE, não mais persistiu o conflito entre os construtos. Ademais, com a avaliação do Modelo de Mensuração concluída, a próxima etapa foi avaliar o Modelo Estrutural.

#### 4.3 Avaliação do Modelo Estrutural da Modelagem de Caminho por Mínimos Quadrados Parciais

A qualidade do Modelo Estrutural, um dos submodelos que permite a Modelagem de Caminho por Mínimos Quadrados Parciais, é avaliada, examinando-se quatro índices: o coeficiente de determinação ( $R^2$ ), o índice de redundância, a *average variance extracted* (AVE) e a qualidade do ajuste. Os resultados para esses índices são apresentados na Tabela 9.

Tabela 9 - Coeficiente de Determinação, Redundância Média, AVE e GoF

Construtos	$R^2$	Redundância média	AVE	Qualidade do ajuste
Corrupção	0,883	0,883	1,000	GoF = 0,6635
Qualidade da Contabilidade	0,246	0,154	0,629	
Religiosidade	-	-	0,842	
Controle	-	-	0,766	

**Fonte:** Dados da Pesquisa

O  $R^2$  do modelo proposto é 0,883 e, de acordo com Sanchez (2013), para esse tipo de modelagem, o resultado pode ser considerado excelente. O índice de redundância reflete a capacidade de um conjunto de construtos independentes para explicar a variação no construto dependente (SANCHEZ, 2013), sendo a redundância média do modelo de 0,883. A alta redundância significa alta capacidade de previsão, ou seja, o modelo estrutural proposto tem a capacidade de previsão de, aproximadamente, 88%.

Por meio dos resultados evidenciados na Tabela 9, é possível avaliar a relação da religiosidade com a qualidade da contabilidade. O  $R^2$  para a relação é 0,246 e a redundância média é 0,154, indicando que 24% da variação que ocorre na qualidade da contabilidade é explicada pela religiosidade.

A AVE mede a quantidade de variância que um construto captura de suas variáveis observáveis em relação à quantidade de variância devido ao erro de medição (SANCHEZ,

2013). Sanchez (2013) recomenda valores de AVE maiores que 0,50, o que significa que 50% ou mais da variância dos indicadores é capturada. Os valores identificados da AVE neste estudo estão acima do recomendado, o que indica que os construtos conseguem capturar mais de 50% da variância que ocorre nas variáveis observáveis que os compõem.

A qualidade do Modelo Estrutural e do Modelo de Mensuração pode ser avaliada pelo índice GoF. Esse índice é calculado como a média geométrica da comunalidade média e o valor médio de  $R^2$ . O índice permite avaliar basicamente o desempenho geral da previsão do modelo (SANCHEZ, 2013) e, de acordo com Sanchez (2013), quanto mais alto o valor do GoF, melhor. O GoF do modelo proposto é 0,6635, classificado como aceitável, indicando que o modelo apresenta boa qualidade. Em suma, os resultados dos índices ( $R^2$ , redundância média, AVE e GoF) sugerem que o Modelo Estrutural proposto é adequado.

#### 4.4 Validação do Modelo

Com os Modelos de Mensuração e Estrutural avaliados, conforme resultados apresentados nas seções 4.2 e 4.3, respectivamente, o próximo passo foi validar o modelo proposto no estudo. A técnica de reamostragem, selecionada para validar o modelo, foi a *bootstrapping*. A partir dessa técnica, é possível obter informações sobre a variabilidade das estimativas de parâmetros e, assim, validar os resultados (SANCHEZ, 2013). A Tabela 10 apresenta os resultados após a validação do modelo.

Tabela 10 - Resultados para o Coeficiente de Caminho e Hipóteses de Pesquisa

Caminho	Coefficiente	Condição	Hipótese
Qualidade da contabilidade → Corrupção	-0,567**	II	H <sub>1</sub>
Religiosidade → Corrupção	0,120**		H <sub>2</sub>
Religiosidade → Qualidade da contabilidade	-0,500**	I	H <sub>3</sub>
Controle → Corrupção	-0,354**		-

**Onde:** \*\*\*significante a 1%; \*\* significante a 5%; \* significante a 10%. **Fonte:** Dados da Pesquisa

A hipótese H<sub>1</sub>, em que se previu a relação direta e negativa entre a qualidade da contabilidade e a corrupção, não pôde ser rejeitada. Pode-se afirmar, portanto, que maior qualidade da contabilidade está associada a menor corrupção, o que confirma os achados de Kimbro (2002), Malagueño *et al.* (2010) e Botinha (2018). Há possibilidade que esse resultado tenha ocorrido porque um ambiente contábil de maior qualidade é caracterizado por maior transparência, dificultando a ocultação de atos e/ou consequências da corrupção (WU, 2005; MALAGUEÑO *et al.*, 2010).

A hipótese H<sub>2</sub>, em que se presumiu relação direta e negativa entre a religiosidade e a corrupção, não pôde ser aceita, pois verificou-se relação positiva, indicando que maior religiosidade está associada a maior nível de corrupção, contrariando os achados de pesquisas anteriores (ARMANTIER; BOLY, 2011; KO; MOON, 2014; TUNALI; WEILL, 2020). Esses autores identificaram que a religiosidade está negativamente associada à tolerância à corrupção. Essa relação negativa pode ser justificada porque líderes religiosos pregam e direcionam seus seguidores a evitarem a corrupção (BEETS, 2007; SHABBIR; ANWAR, 2007).

Apesar de a relação identificada entre religiosidade e corrupção ser positiva, os achados do estudo ratificam os resultados de Gokcekus e Ekici (2020). Esses resultados podem ser explicados por meio da norma religiosa de punição às más condutas (GOKCEKUS; EKICI, 2020). É possível que indivíduos religiosos acreditem que as más ações cometidas nesta vida serão punidas por um poder divino mais alto nesta mesma vida ou na próxima (GOKCEKUS; EKICI, 2020). Logo, pessoas religiosas não se envolverão em corrupção, mas podem acreditar que não precisam monitorar o comportamento de outros indivíduos, pois esses serão punidos pelo poder divino (GOKCEKUS; EKICI, 2020). Por essa perspectiva, o baixo monitoramento tem potencial de levar a maior corrupção em países religiosos.

O baixo monitoramento, que possui capacidade de criar um ambiente mais propício para a realização de atos corruptos, também pode surgir em função do coletivismo presente em países mais religiosos (JOSHANLOO; GEBAUER, 2019). Nesse cenário, existiria maior confiança no próximo o que viabilizaria a redução do nível de monitoramento. Ademais, o coletivismo talvez favoreça a formação do conluio, contribuindo para a ocorrência da corrupção (PALDAM, 2001).

É possível que a relação positiva entre religiosidade e corrupção influencie a decisão de investidores em relação aos seus mercados. Isto porque ambientes mais corruptos apresentam alto custo de investimentos e maiores incertezas quanto ao sucesso do empreendimento, o que afasta o interesse dos investidores (SILVA; BRAGA; LAURENCEL, 2009). De outro modo, ambientes considerados menos corruptos incentivam investimentos nacionais e estrangeiros (MALAGUEÑO *et al.*, 2010). A partir da informação que países religiosos tendem a ter maior corrupção, os investidores podem avaliar investimentos em países menos religiosos. Em outras palavras, países com menor religiosidade apresentam maior desenvolvimento econômico (Tabela 2), e países com maior desenvolvimento possuem mais recursos para combater a corrupção (MALAGUEÑO *et al.*, 2010; BOTINHA; LEMES, 2019) atraindo, consequentemente, mais investidores.

A hipótese H<sub>3</sub>, em que se supôs relação direta e positiva entre a religiosidade e a qualidade da contabilidade, não pôde ser aceita, pois identificou-se relação negativa, sinalizando que maior religiosidade está associada a menor qualidade da contabilidade. Esse resultado pode ser explicado em função do baixo monitoramento, decorrente da norma religiosa de punição às más condutas e do maior coletivismo em países religiosos (JOSHANLOO; GEBAUER, 2019; GOKCEKUS; EKICI, 2020). É possível que o baixo monitoramento possibilite maiores oportunidades para os gestores manipularem os resultados. Ainda, é capaz que o coletivismo esteja favorecendo a ação conjunta de gestores para permitir e/ou realizar manipulações contábeis.

A avaliação da mediação com base na hipótese H<sub>4</sub> ocorreu pela análise de passo a passo dos coeficientes de caminhos, conforme proposto por Baron e Kenny (1986). Para que ocorra a mediação, três condições devem ser observadas. A primeira é que as variações nos níveis da variável independente devem afetar significativamente as variações do mediador. A segunda condição é que as variações do mediador devem afetar significativamente as alterações da variável dependente. A terceira condição é que a variável independente deve afetar significativamente a variável dependente na falta da variável mediadora (BARON; KENNY, 1986; VIEIRA, 2009). A primeira e segunda condições foram atendidas, conforme resultado apresentado na Tabela 10. Para testar a terceira condição, foi necessário estimar o modelo sem o efeito mediador e estabelecer, em seguida, uma comparação dos modelos. Quando a inclusão da variável mediadora reduzir o caminho entre a variável independente e a variável dependente, ocorre mediação parcial, mas, se essa redução chegar a zero, trata-se de mediação completa (BARON; KENNY, 1986). Os resultados dos coeficientes de caminho são apresentados na Tabela 11.

Tabela 11 - Resultados para os Coeficientes de Caminho e para Avaliação da Mediação

Caminho	Modelo sem Mediação <sup>1</sup>	Modelo com mediação						Aceitação da mediação
	Efeito	Efeito direto		Efeito Indireto		Efeito total	Efeito Med.	
	Coef.	Coef.	%	Coef.	%	Coef.	%	
Religiosidade → Qualidade da Contabilidade → Corrupção	0,183**	0,120**	29,777	0,283	70,223	0,403**	70,223	Parcial

**Notas:** <sup>1</sup> Os resultados para a avaliação do Modelo de Mensuração e Estrutural, assim como o coeficiente de caminho são apresentados no Apêndice A. **Fonte:** Dados da Pesquisa



É possível observar (Tabela 11) que a terceira condição para que ocorra a mediação foi atendida, ou seja, ocorre mediação, podendo ser classificada como parcial, isto é, a inclusão da variável mediadora reduz o caminho entre a variável independente e a variável dependente (BARON; KENNY, 1986). Logo, a hipótese H<sub>4</sub>, que estabeleceu que a religiosidade, mediada pela qualidade da contabilidade, afeta negativamente a corrupção, não pôde ser aceita, pois identificou-se relação positiva. Isso significa que maior religiosidade está associada a menor qualidade da contabilidade que, em conjunto, associam-se com a maior corrupção.

A relação positiva identificada na hipótese H<sub>4</sub> pode ser explicada pela possibilidade de haver conluio e baixo monitoramento, em países mais religiosos. Nesse ambiente, é possível que os indivíduos ajam em conjunto para permitir a corrupção, ocultando os rastros dessa corrupção por meio da manipulação das demonstrações contábeis, o que, consequentemente, leva a uma contabilidade de baixa qualidade.

No presente estudo, propôs-se um modelo das variáveis com potencial para inibir práticas corruptas, porém as associações identificadas nas hipóteses 2, 3 e 4 foram em sentido diverso do esperado, porém significativas. Os resultados do estudo levam à percepção de que o canal pelo qual a religiosidade afeta a qualidade da contabilidade e a corrupção talvez não sejam os ensinamentos religiosos contra a corrupção e a manipulação no mundo dos negócios. Isso sugere que pode existir outras normas religiosas mais intensas capazes de influenciar a relação proposta.

Os resultados fornecem evidências para sugerir que a religiosidade não é capaz de melhorar a qualidade da contabilidade e de mitigar a corrupção, mas que a religiosidade proporciona a criação de um ambiente mais favorável à ocorrência da corrupção. Esses achados comprovam a influência da religiosidade, atuando como uma norma social, na decisão de um indivíduo, conforme proposto na Teoria das Normas Sociais.

#### 4.4 Testes de Sensibilidade

Foram realizados dois testes de sensibilidade na pesquisa. O primeiro tratou da comparação entre os sistemas jurídicos presentes nos países. Esse teste se torna necessário, pois os sistemas jurídicos diferem em relação a oportunidade de atos corruptos (BOTINHA; LEMES, 2019). Os países de origem *common law* tendem a apresentar maior corrupção (BOTINHA; LEMES, 2019). A amostra foi dividida em 19 países *code law*, sete países *common law* e 10 países com sistema jurídico misto, conforme classificação disponível na *Central Intelligence Agency* (2020). Para a operacionalização do teste, foram criados dois

agrupamentos: *code law* versus outros sistemas jurídicos (*common law* e misto) e *common law* versus outros sistemas jurídicos (*code law* e misto), estando os resultados do teste apresentados na Tabela 12.

Tabela 12 - Teste de Sensibilidade: Sistema Jurídico

				Sistema Jurídico: <i>Code law</i> X outros			Sistema Jurídico: <i>Common law</i> X outros		
				Grupo: Sim	Grupo: Não	t.stat	Grupo: Sim	Grupo: Não	t.stat
Qualidade da Contabilidade	→	Corrupção		-0,5416	-0,6225	0,8891	-0,6652	-0,5288	1,4774
Religiosidade	→	Corrupção		0,1340	0,0519	1,1873	0,2409	0,1431	1,2747
Religiosidade	→	Qualidade da Contabilidade		-0,3873	-0,7775	3,3941***	-0,8485	-0,4507	2,1991**
Controle	→	Corrupção		-0,3901	-0,3154	0,9749	-0,1023	-0,3726	3,3063***

**Onde:** \*\*\*significante a 1%; \*\* significante a 5%; \* significante a 10%. **Fonte:** Dados da Pesquisa

De acordo com os resultados mostrados na Tabela 12, percebe-se que existe diferença significativa entre algumas das relações propostas, porém não ocorreu alteração no sinal das associações. A relação entre religiosidade e qualidade da contabilidade se mostrou mais forte nos países *common law*, sinalizando que a religiosidade tem maior influência na qualidade da contabilidade nesses países.

A corrupção é uma atividade clandestina, por isso não se encontram dados oficiais sobre os casos e, para contornar esse problema, pesquisadores utilizam *proxies* para mensurar a corrupção (CHABOVA, 2017). De acordo com o mesmo autor, os índices mais conhecidos são ICP e o COR. Nesse cenário, o segundo teste de sensibilidade realizado tratou da substituição do ICP pelo COR. Os resultados relatados anteriormente foram estimados com a utilização do ICP como *proxie* para a corrupção e, nesse teste de sensibilidade, a corrupção foi mensurada por meio do COR. Esse procedimento permite obter resultados mais robustos e foi realizado em estudos anteriores (MENSAH, 2014; BOTINHA, 2018; BOTINHA; LEMES, 2019). O comportamento identificado (Apêndice B e Apêndice C) foi semelhante, seja a corrupção mensurada pelo ICP ou pelo COR, ou seja, independentemente do índice de percepção de corrupção utilizado, os sinais alcançados permanecem iguais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Teoria das Normas Sociais aponta que os indivíduos são influenciados por normas da população que os cercam. Logo, se um gestor estiver cercado por uma população religiosa, suas decisões são afetadas pelas normas religiosas dessa população. A religiosidade, atuando como uma norma social por meio do comportamento dos gestores, pode influenciar a elaboração de relatórios contábeis e, conseqüentemente, a qualidade da contabilidade, podendo uma contabilidade de qualidade atuar como uma barreira para a corrupção.

Se a religiosidade influencia a elaboração das demonstrações contábeis e, por sua vez, uma contabilidade de qualidade pode contribuir para mitigar a corrupção, é razoável supor que a qualidade da contabilidade exerça um efeito mediador na relação entre religiosidade e corrupção. A qualidade da contabilidade tem potencial de exercer esse efeito mediador porque está associada tanto à religiosidade como à corrupção. Diante disso, a presente pesquisa teve por objetivo identificar a associação da religiosidade com a corrupção mediada pela qualidade da contabilidade.

A partir de uma amostra de 36 países, referente ao período de 2010 a 2014, o construto de corrupção foi mensurado pelo Índice de Corrupção Percebida. A qualidade da contabilidade foi calculada a partir do Índice de Qualidade Regulatória, do indicador Qualidade Percebida da Contabilidade e da Frequência de Auditoria *BigFour*, tendo sido a religiosidade identificada por meio das cinco dimensões centrais da religiosidade (ideológica, experiencial, intelectual, devocional e ritualística). Para o tratamento dos dados, foi utilizada a Modelagem de Caminho por Mínimos Quadrados Parciais.

No que se refere à relação direta entre a qualidade da contabilidade e a corrupção, os resultados apontam que uma contabilidade de maior qualidade está associada a menor corrupção, evidenciando a importância da contabilidade na luta contra a corrupção. Ademais, uma contabilidade de qualidade está alinhada com a transparência das transações de uma entidade, sendo a divulgação de informações um artefato capaz de dificultar a ocorrência da corrupção, pois um ambiente de maior transparência dificulta a ocultação de práticas corruptas.

Quanto à influência direta da religiosidade na qualidade da contabilidade, foi identificada uma associação negativa. Quanto a influência direta da religiosidade na corrupção, foi evidenciada uma associação positiva. Esses achados podem ser explicados em função do baixo monitoramento e conluio, identificados em países mais religiosos. É possível que o baixo monitoramento ofereça maiores oportunidades para gestores manipular as informações contábeis, e também os encoraja a permitir ou cometer atos corruptos. O conluio tem potencial

de favorecer a ação conjunta entre os indivíduos tanto para manipular relatórios contábeis como para a ocorrência de maior corrupção.

A associação negativa entre religiosidade e qualidade da contabilidade e positiva entre religiosidade e corrupção identificada no estudo evidenciam que ambientes mais religiosos estão associados a menor qualidade da contabilidade e a maior corrupção. Esse resultado sugere que talvez não seja os ensinamentos religiosos contra a corrupção e a manipulação de resultados que explicam a relação proposta. Uma das possíveis explicações é que existem outros ensinamentos religiosos mais intensos do que aqueles contra a corrupção e a manipulação, ou seja, pouca ênfase pode ser dada pelas religiões a essas questões.

Após o estudo das relações diretas, ou seja, da relação entre os três construtos (religiosidade, qualidade da contabilidade e corrupção) examinados dois a dois, foi possível identificar o efeito combinado da religiosidade e da qualidade da contabilidade sobre a corrupção, respondendo, assim, ao objetivo da pesquisa. Os resultados apontam uma relação positiva, sugerindo que maior religiosidade está associada a menor qualidade da contabilidade que, em conjunto, associam-se a maior corrupção. Em outras palavras, a existência de ambientes mais religiosos contribui para que haja uma contabilidade de menor qualidade, favorecendo, assim, a ocorrência da corrupção.

Com o intuito de verificar diferenças no modelo proposto para países de origem *code law* ou *common law*, e se o Índice de Controle da Corrupção (alternando ao Índice de Corrupção Percebida) traria impactos nos resultados, foram realizados testes adicionais, tendo sido identificado os resultados semelhantes.

Os resultados do estudo apontam que maior religiosidade está associada a menor qualidade da contabilidade que, em conjunto, associam-se a maior corrupção. Esses achados podem ser explicados porque indivíduos religiosos são caracterizados por elevados níveis de coletivismo. Essa característica pode favorecer o desenvolvimento do conluio, e também maior confiança no próximo, reduzindo assim o nível de monitoramento, o que tem potencial para facilitar a ocorrência da corrupção. Especificamente, é possível que os indivíduos atuem conjuntamente para praticar atos corruptos, camuflando os rastros da corrupção por meio da manipulação de informações contábeis, e o baixo monitoramento incentiva essas ações.

O estudo contribui com a literatura ao demonstrar que o efeito combinado da religiosidade e qualidade da contabilidade no combate à corrupção não se apresentou eficaz, indicando que maior religiosidade está associada a um ambiente contábil de menor qualidade o que é mais propício a atos corruptos. Essa evidência permite ampliar a compreensão dos fatores que podem estar associados com a corrupção, bem como com o papel da contabilidade como

mitigadora de atos corruptos ou como fornecedora de mecanismos corruptivos. Além disso, comprovou a influência da religiosidade na decisão dos gestores, conforme propõe a Teoria das Normas Sociais, com reflexos na qualidade da contabilidade e corrupção.

Sugere-se, em pesquisas futuras, identificar se outras normas sociais, como normas de reciprocidade, cooperação, honestidade e responsabilidade, aliadas à religiosidade, influenciam a qualidade da contabilidade e a corrupção.

## REFERÊNCIAS

- AHMED, A. S.; NEEL, M.; WANG, D. Does mandatory adoption of IFRS improve accounting quality? preliminary evidence. **Contemporary Accounting Research**, v. 30, n. 4, p. 1-29, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1911-3846.2012.01193.x>.
- ARMANTIER, O.; BOLY, A. A controlled field experiment on corruption. **European Economic Review**, v. 55, p. 1072-1082, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.eurocorev.2011.04.007>.
- BARRETO, I. G. *et al.* Um estudo avaliativo das decisões dos contabilistas no estado de Pernambuco sob a perspectiva dos modelos éticos contemporâneos: uma abordagem quanto a religião. **Registro Contábil**, v. 2, n. 1, 2011. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/registrocontabil/article/view/259>. Acesso em: 18 nov. 2020.
- BARON, R. M; KENNY, D. A. The moderator-mediator variable distinction in social psychological research: conceptual, strategic, and statistical considerations. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 51, n. 6, p. 1173-1182, 1986. DOI: <https://doi.org/10.1037/0022-3514.51.6.1173>.
- BEETS, S. D. Global corruption and religion: an empirical examination. **Journal of Global Ethics**, v. 3, n. 1, p. 69-85, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1080/17449620600991614>.
- BERGOGLIO, J. M. **Corrupção e pecado: algumas reflexões a respeito da corrupção**. São Paulo: Ave-Maria, 2013.
- BICCHIERI, C. **The grammar of society: the nature and dynamics of social norms**. New York: Cambridge University Press, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511616037>.
- BJORNSEN, M.; DO, C.; OMER, T. C. The influence of country-level religiosity on accounting conservatism. **Journal of International Accounting Research**, v. 18, n.1, p. 1-26, 2019. DOI: <https://doi.org/10.2308/jiar-52270>.
- BLAY, A. D. *et al.* Can social norm activation improve audit quality? evidence from an experimental audit market. **J Bus Ethics**, v. 156, 513-530, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10551-017-3561-z>.
- BLAY, A. D. *et al.* The usefulness of social norm theory in empirical business ethics research: a review and suggestions for future research. **J Bus Ethics**, v. 152, p. 191-206, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10551-016-3286-4>.
- BOTINHA, R. A. **A corrupção e o ambiente contábil dos países**. 2018. 144f. Tese de Doutorado em Ciências Contábeis, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufu.br/handle/123456789/21713>. Acesso em: 09 nov. 2019.
- BOTINHA, R. A.; LEMES, S. Corrupção percebida: uma análise da associação com o ambiente contábil dos países do G20. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 12, n. 1, 120-139, 2019. DOI: <https://doi.org/10.14392/ASAA.2019120107>.

BREI, Z. A. Corrupção: dificuldades para definição e para um consenso. **Revista de Administração Pública**, v. 30, n. 1, p. 64-77, 1996. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8128>. Acesso em: 24 ago. 2019.

CALLEN, J. L.; MOREL, M.; RICHARDSON, G. Do culture and religion mitigate earnings management? evidence from a cross-country analysis. **International Journal of Disclosure and Governance**, v. 8, n.2, p. 103-121, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1057/jdg.2010.31>.

CIALDINI, R. B. **Influence: the psychology of persuasion**. New York: Collins, 2007.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The world factbook**. 2020. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/docs/profileguide.html>. Acesso em: 09 nov. 2019.

CHABOVA, K. Measuring corruption in Europe: public opinion surveys and composite indices. **Qual Quant**, v. 51, p. 1877-1900, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11135-016-0372-8>.

CHIRCOP, J. *et al.* Does social capital constrain firms' tax avoidance? **Social Responsibility Journal**, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1108/SRJ-08-2017-0157>.

DU, X. *et al.* Does religion mitigate earnings management? evidence from China. **J Bus Ethics**, v. 131, p. 699-749, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10551-014-2290-9>.

DYRENG, S. D.; MAYEW, W. J.; WILLIAMS, C. D. Religious social norms and corporate financial reporting. **Journal of Business Finance & Accounting**, v. 39, n. 7-8, p. 845-875, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1468-5957.2012.02295.x>.

EVERETT, J.; NEU, D.; RAHAMAN, A. S. Accounting and the global fight against corruption. **Accounting, Organizations and Society**, v. 32, p. 513-542, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.aos.2006.07.002>.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 5 ed. Curitiba: Positivo, 2010, 2272p.

FESTRÉ, A. Incentives and social norms: a motivation-based economic analysis of social norms. **Journal of Economic Surveys**, v. 24, n. 3, p. 511-538, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-6419.2009.00594.x>.

FRASER INSTITUTE. **Filter and download dataset**. 2019. Disponível em: <https://www.fraserinstitute.org/economic-freedom/dataset?geozone=world&min-year=1980&max-year=2015&filter=0&date-type=range&page=dataset>. Acesso em: 09 nov. 2019.

GRABÍŃSKI, K.; WÓJTOWICZ, P. Earnings quality, earnings management and religiosity: a literature review. **International Entrepreneurship Review**, v. 5, n. 4, p. 41-57, 2019. DOI: <https://doi.org/10.15678/IER.2019.0504.03>.

GLOCK, C. Y. On the study of religious commitment. **Religious Education: The official journal of the Religious Education Association**, v. 57:S4, p.98-110, 1962. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/003440862057S407>.

GLYNN, P.; KOBRIN, S. J.; NAIRN, M. The globalization of corruption. In Kimberly Elliott (ed.) **Corruption and the global economy**. Washington, Institute for International Economics, jun. 1997. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=p5AJ9HR1nhYC&oi=fnd&pg=PR6&dq=The+Globalisation+of+Corruption.+In+Kimberly+Elliott&ots=Ent7YwpOEy&sig=vW6DXZwnc1oR-MRCAUdZu4j4n78#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 02 set. 2019.

GOKCEKUS, O.; EKICI, T. Religion, religiosity, and corruption. **Review of Religious Research**, p.1-19, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1007/s13644-020-00421-2>.

GRULLON, G.; KANATAS, G.; WESTON, J. Religion and corporate (mis) behavior. **Available at SSRN 1472118**, 2009. DOI: <https://doi.org/10.2139/ssrn.1472118>.

HAIR JR., J. F.; PAGE, M.; BRUNSVELD, N. **Essentials of business research methods**. 4. ed. New York and London: Routledge, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4324/9780429203374>.

HODGSON, G. M.; JIANG, S. The economics of corruption and the corruption of economics: an institutionalist perspective. **Journal of Economic Issues**, v. 41, n. 4, p. 1043-1061, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1080/00213624.2007.11507086>.

HOFSTEDE. **Compare countries**. Disponível em: <https://www.hofstede-insights.com/product/compare-countries/>. Acesso em: 09 nov. 2019.

HOFSTEDE, G.; HOFSTEDE, G. J.; MINKOV, M. **Cultures and organization: software of the mind**. 3 ed. Mc Graw Hill, 2010. 561 p. ISBN: 978-0-07-177015-6.

HOUQE, M. N.; MONEM, R. M. IFRS Adoption, extent of disclosure, and perceived corruption: a cross-country study. **The International Journal of Accounting**, v. 51, p. 363–378, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.intacc.2016.07.002>.

HUBER, S.; HUBER, O. W. The centrality of religiosity scale (CRS). **Religions**, v. 3, p. 710–724, 2012. DOI: <https://doi.org/10.3390/rel3030710>.

INGLEHART, R. *et al.* (ed.). **World values survey: round six-country-pooled datafile**. Madrid: JD Systems Institute, 2014. Disponível em: <https://www.worldvaluessurvey.org/WVSDocumentationWV6.jsp>. Acesso em: 28 set. 2019.

JAIN, A. K. Corruption: a review. **Journal of economic surveys**, v. 15, n. 1, p. 71-121, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1111/1467-6419.00133>.

JOSHANLOO, M.; GEBAUER, J. E. Religiosity's nomological network and temporal change: introducing an extensive country-level religiosity index based on Gallup World Poll Data. **European Psychologist**, v. 25, n. 1, p. 26-40, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1027/1016-9040/a000382>.



- KAUFMANN, D.; KRAAY, A.; MASTRUZZI, M. The worldwide governance indicators: methodology and analytical issues. **World Bank Policy Research Working Paper**, n. 5430, 2010. Disponível em: [http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1682130](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1682130). Acesso em: 22 abr. 2020.
- KENNEDY, E. J.; LAWTON, L. Religiousness and business ethics. **Journal of Business Ethics**, v. 17, p. 163-175, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1023/A:1005747511116>.
- KHALIL, M.; OZKAN, A. Board independence, audit quality and earnings management: evidence from Egypt. **Journal of Emerging Market Finance**, v. 15, n. 1, p. 84-118, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1177/0972652715623701>.
- KIMBRO, M. B. A cross-country empirical investigation of corruption and its relationship to economic, cultural, and monitoring institutions: an examination of the role of accounting and financial statements quality. **Journal of Accounting, Auditing & Finance**, v. 17, n. 4, p. 325-350, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1177/0148558X0201700403>.
- KO, K.; MOON, S. The relationship between religion and corruption: are the proposed causal links empirically valid? **International Review of Public Administration**, v. 19, n.1, p. 44-62, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/12294659.2014.887353>.
- KÖBIS, N. C.; IRAGORRI-CARTER, D.; STARKE, C. A social psychological view on the social norms of corruption. In: KUBBE, I.; ENGELBERT A. **Corruption and norms**. Political Corruption and Governance. Palgrave Macmillan, Cham, 2018. DOI: [https://doi.org/10.1007/978-3-319-66254-1\\_3](https://doi.org/10.1007/978-3-319-66254-1_3).
- LANDSMAN, W. R.; MAYDEW, E. L.; THORNOCK, J. R. The information content of annual earnings announcements and mandatory adoption of IFRS. **Journal of Accounting and Economics**, n. 53, p. 34-54, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2011.04.002>.
- LO, K. Earnings management and earnings quality. **Journal of Accounting and Economics**, v. 45, p. 350-357, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2007.08.002>.
- MALAGUEÑO, R. *et al.* Accounting and corruption: across-country analysis. **Journal of Money Laundering Control**, v.13, n. 4, p. 372-393, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1108/13685201011083885>.
- MA, L. *et al.* The effect of religion on accounting conservatism. **European Accounting Review**, v. 29, n. 2, p. 383-407, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/09638180.2019.1600421>.
- MCGUIRE, S. T.; OMER, T. C.; SHARP, N. Y. The impact of religion on financial reporting irregularities. **The Accounting Review**, v. 87, n. 2, p. 645-673, 2012. DOI: <https://doi.org/10.2308/accr-10206>.
- MENSAH, Y. M. An analysis of the effect of culture and religion on perceived corruption in a global context. **J Bus Ethics**, v. 121, p. 255-282, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10551-013-1696-0>.
- MONIZ, J. B. Índice de religiosidade: uma proposta de teorização e medição dos fenômenos religiosos contemporâneos. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 11, n. 32, p.

191-219, 2018. Disponível em: <https://www.ssoar.info/ssoar/handle/document/61729>. Acesso em: 09 nov. 2019.

NASCIMENTO, J. C. H. B. do; MACEDO, M. A. da S. Modelagem de equações estruturais com Mínimos Quadrados Parciais: um exemplo da aplicação do SmartPLS® em pesquisas em contabilidade. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 10, n. 3, p. 289-313, 2016.

NICHOLS, P. M.; DOWDEN, P. E. Maximizing stakeholder trust as a tool for controlling corruption. **Crime, Law and Social Change**, v. 71, n.2, p. 171-195, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10611-017-9767-2>.

PALDAM, M. Corruption and religion adding to the economic model. **Kyklos**, v. 54, n. 2-3, p. 383-413, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1111/1467-6435.00160>.

PICUR, R. D. Quality of accounting, earnings opacity and corruption. **Review of Accounting and Finance**, v. 3, n.1, p. 103-114, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1108/eb043397>.

PINTO, E. B. Espiritualidade e religiosidade: articulações. **Revista de Estudos da Religião**, v. 9, p. 68-83, 2009. ISSN: 1677-1222.

PINTO, I. C. R. **Implementação do algoritmo PLS-SEM em R**. 92f. Dissertação de Mestrado em Estatística e Gestão de Informação, Universidade Nova de Lisboa, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/24458>. Acesso em: 27 abr. 2020.

R CORE TEAM. **R: A Language and environment for statistical computing**. R Foundation for Statistical Computing, 2019. Disponível em: <https://www.R-project.org/>.

RIAHI-BELKAOUI, A. Effects of corruption on earnings opacity internationally. **Advances in International Accounting**, v. 17, p. 73-84, 2004b. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0897-3660\(04\)17004-9](https://doi.org/10.1016/S0897-3660(04)17004-9).

RIAHI-BELKAOUI, A. Law, religiosity and earnings opacity internationally. **International Journal of Accounting, Auditing and Performance Evaluation**, v. 1, n. 4, 2004a. DOI: <https://doi.org/10.1504/IJAAP.2004.006358>.

SANCHEZ, G. **PLS Path Modeling with R**. Berkeley: Trowchez Editions., 2013.

SANTOS, L. C.; TAKAMATSU, R. T. Nível de corrupção dos países e opacidade dos resultados contábeis. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 37, n.4, p. 21 – 32, 2018. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/34220>. Acesso em: 07 out. 2020. DOI: <https://doi.org/10.4025/enfoque.v37i4.34220>.

SHABBIR, G.; ANWAR, M. Determinants of corruption in developing countries. **The Pakistan Development Review**, v. 46, n. 4, p. 751-764, 2007.

SILVA, A. M. C.; BRAGA, E. C; LAURENCEL, L.C. A Corrupção em uma abordagem econômico-contábil e o auxílio da auditoria como ferramenta de combate. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, v. 20, n. 1, p. 95-117, 2009. Disponível em:

<https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/575>. Acesso em: 24 ago. 2019.

SMITH, A. **The theory of moral sentiments**. Oxford: Oxford University Press, 1976.

SODERSTROM, N. S.; SUN, K. J. IFRS adoption and accounting quality: a review. **European Accounting Review**, v. 16, n. 4, p. 675-702, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1080/09638180701706732>.

TRANSPARENCY. **Corruption perceptions index 2012**. 2012. Disponível em: [https://www.transparency.org/cpi2012/in\\_detail](https://www.transparency.org/cpi2012/in_detail). Acesso em: 26 out. 2019.

TRANSPARENCY. **Corruption perceptions index**. 2019. Disponível em: <https://www.transparency.org/research/cpi/overview>. Acesso em: 28 set. 2019.

TUNALI, C. B.; WEILL, L. Is corruption a greater evil than sin? **Review of Business**, v. 40, n. 2, p. 1-28, 2020.

VECCHIA, L. A. D. *et al.* Corrupção e contabilidade: análise bibliométrica da produção científica internacional. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 13, n. 3, 2018. DOI: [http://dx.doi.org/10.21446/scg\\_ufrj.v13i3.20033](http://dx.doi.org/10.21446/scg_ufrj.v13i3.20033).

VIANA JUNIOR, D. B. C.; PAULO, E. Adoção mandatória das IFRS e qualidade da informação contábil em mercados emergentes: a relevância da qualidade regulatória. **III Congresso de Contabilidade da UFRGS e III Congresso de Iniciação Científica em Contabilidade da UFRGS**, Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/congressocont/index.php/IIIContUFRGS/IIIContUFRGS/paper/view/82/66>. Acesso em: 27 abr. 2020.

VIEIRA, V. A. Moderação, mediação, moderadora-mediadora e efeitos indiretos em modelagem de equações estruturais: uma aplicação no modelo de desconfirmação de expectativas. **Revista de Administração**, v. 44, n. 1, p. 17-33, 2009. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=223417526002>. Acesso em: 20 mar. 2021.

WORLD BANK. **DataBank**. 2019. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators>. Acesso em: 09 nov. 2019.

WORLD ECONOMIC FORUM. **Reports**. 2020. Disponível em: <https://www.weforum.org/reports>. Acesso em: 22 jan. 2020.

WU, X. Firm accounting practices, accounting reform and corruption in Asia. **Policy and Society**, v. 24, n. 3, p. 53-78, 2005. DOI: [https://doi.org/10.1016/S1449-4035\(05\)70060-6](https://doi.org/10.1016/S1449-4035(05)70060-6).

## APÊNDICE A – Modelo sem a Variável Mediadora

### Unidimensionalidade

Construtos	Alfa de Cronbach	Rho de Dillon-Goldstein	Primeiro autovalor	Segundo autovalor
Corrupção	1,0000	1,0000	1,0000	0,0000
Religiosidade	0,9730	0,9770	6,7300	0,4210
Controle	0,8500	0,9090	2,3100	0,3650

**Fonte:** Dados da Pesquisa

### Validade Convergente

Variáveis	Cargas	Comunalidade
ICP	1,0000	1,0000
V1	0,9180	0,8430
V2	0,8910	0,7930
V3	0,8610	0,7420
V4	0,8840	0,7820
V5	0,9340	0,8720
V6	0,9670	0,9360
V7	0,9020	0,8130
V8	0,9760	0,9520
VR	0,8840	0,7810
PIB <i>per capita</i>	0,9020	0,8130
IND	0,8400	0,7050

**Legenda:** ICP: Índice de Corrupção Percebida; V1: Importância da Fé Religiosa para a Criança; V2: Crença em Deus; V3: Crença no Inferno; V4: Filiação à Religião; V5: Frequência à Cultos Religiosos; V6: Frequência de Oração; V7: Percepção da Religiosidade; V8: Importância da Religião; VR: Índice de Voz e Responsabilidade; IND: Indicador de Individualismo. **Fonte:** Dados da Pesquisa

### Validade Discriminante

Construtos Variáveis	Corrupção	Religiosidade	Controle
ICP	<b>1,0000</b>	0,5920	-0,8560
V1	0,5500	<b>0,9180</b>	-0,5320
V2	0,4960	<b>0,8910</b>	-0,3870
V3	0,4700	<b>0,8610</b>	-0,5290
V4	0,5290	<b>0,8840</b>	-0,4630
V5	0,5630	<b>0,9340</b>	-0,5120
V6	0,5620	<b>0,9670</b>	-0,5220
V7	0,5710	<b>0,9020</b>	-0,4240
V8	0,5880	<b>0,9760</b>	-0,5860
VR	-0,7410	-0,3820	<b>0,8840</b>
PIB <i>per capita</i>	-0,8790	-0,6040	<b>0,9020</b>
IND	-0,5760	-0,3960	<b>0,8400</b>

**Legenda:** ICP: Índice de Corrupção Percebida; V1: Importância da Fé Religiosa para a Criança; V2: Crença em Deus; V3: Crença no Inferno; V4: Filiação à Religião; V5: Frequência à Cultos Religiosos; V6: Frequência de Oração; V7: Percepção da Religiosidade; V8: Importância da Religião; VR: Índice de Voz e Responsabilidade; IND: Indicador de Individualismo. **Fonte:** Dados da Pesquisa

## Coeficiente de Determinação, Redundância Média, AVE e GoF

Construtos	R <sup>2</sup>	Redundância média	AVE	Qualidade do ajuste
Corrupção	0,757	0,757	1,000	GoF = 0,7885
Religiosidade	-	-	0,842	
Controle	-	-	0,766	

**Fonte:** Dados da Pesquisa

## Resultados dos Coeficientes de Caminho

Caminho	Coeficiente
Religiosidade → Corrupção	0,183**
Controle → Corrupção	-0,761**

**Onde:** \*\*\*significante a 1%; \*\* significante a 5%; \* significante a 10%. **Fonte:** Dados da Pesquisa

## APÊNDICE B – Modelo Mensurado pelo COR

### Unidimensionalidade

Construtos	Alfa de Cronbach	Rho de Dillon-Goldstein	Primeiro autovalor	Segundo autovalor
Corrupção	1,0000	1,0000	1,0000	0,0000
Qualidade da Contabilidade	0,6800	0,8280	1,8900	0,8830
Religiosidade	0,9730	0,9770	6,7300	0,4210
Controle	0,8500	0,9090	2,3100	0,3650

**Fonte:** Dados da Pesquisa

### Validade Convergente

Variáveis	Cargas	Comunalidade
COR	1,0000	1,0000
QPC	0,8840	0,7820
QR	0,9470	0,8970
AUDT	0,4560	0,2080
V1	0,9180	0,8420
V2	0,8910	0,7950
V3	0,8610	0,7420
V4	0,8850	0,7840
V5	0,9320	0,8690
V6	0,9660	0,9340
V7	0,9030	0,8160
V8	0,9750	0,9510
VR	0,8870	0,7880
PIB <i>per capita</i>	0,9000	0,8100
IND	0,8370	0,7010

**Legenda:** COR: Índice de Controle da Corrupção; QPC: Indicador de Qualidade Percebida da Contabilidade; QR: Índice de Qualidade Regulatória; AUDT: Frequência de Auditoria *BigFour*; V1: Importância da Fé Religiosa para a Criança; V2: Crença em Deus; V3: Crença no Inferno; V4: Filiação à Religião; V5: Frequência à Cultos Religiosos; V6: Frequência de Oração; V7: Percepção da Religiosidade; V8: Importância da Religião; VR: Índice de Voz e Responsabilidade; IND: Indicador de Individualismo. **Fonte:** Dados da Pesquisa

### Validade Discriminante

Construtos Variáveis	Corrupção	Qualidade da Contabilidade	Religiosidade	Controle
COR	<b>1,0000</b>	-0,9120	0,5970	-0,8630
QPC	-0,7500	<b>0,8840</b>	-0,3450	0,6210
QR	-0,9400	<b>0,9470</b>	-0,5350	0,7970
AUDT	-0,3260	<b>0,4560</b>	-0,2420	0,3210
V1	0,5560	-0,4600	<b>0,9180</b>	-0,5300
V2	0,4930	-0,4100	<b>0,8910</b>	-0,3860
V3	0,4840	-0,4090	<b>0,8610</b>	-0,5300
V4	0,5300	-0,4760	<b>0,8850</b>	-0,4610
V5	0,5670	-0,4280	<b>0,9320</b>	-0,5100
V6	0,5640	-0,4460	<b>0,9660</b>	-0,5210
V7	0,5810	-0,5360	<b>0,9030</b>	-0,4220
V8	0,5910	-0,4570	<b>0,9750</b>	-0,5850
VR	-0,7680	0,7070	-0,3810	<b>0,8870</b>
PIB <i>per capita</i>	-0,8750	0,7710	-0,6040	<b>0,9000</b>
IND	-0,5670	0,5150	-0,3950	<b>0,8370</b>

**Legenda:** **COR:** Índice de Controle da Corrupção; **QPC:** Indicador de Qualidade Percebida da Contabilidade; **QR:** Índice de Qualidade Regulatória; **AUDT:** Frequência de Auditoria *BigFour*; **V1:** Importância da Fé Religiosa para a Criança; **V2:** Crença em Deus; **V3:** Crença no Inferno; **V4:** Filiação à Religião; **V5:** Frequência à Cultos Religiosos; **V6:** Frequência de Oração; **V7:** Percepção da Religiosidade; **V8:** Importância da Religião; **VR:** Índice de Voz e Responsabilidade; **IND:** Indicador de Individualismo. **Fonte:** Dados da Pesquisa

#### Coeficiente de Determinação, Redundância Média, AVE e GoF

Construtos	R <sup>2</sup>	Redundância média	AVE	Qualidade do ajuste
Corrupção	0,902	0,902	1,000	GoF = 0,6691
Qualidade da Contabilidade	0,246	0,155	0,629	
Religiosidade	-	-	0,842	
Controle	-	-	0,766	

**Fonte:** Dados da Pesquisa

#### Resultados dos Coeficientes de Caminho e Hipóteses de Pesquisa

Caminho	Coefficiente	Condição	Hipótese
Qualidade da Contabilidade → Corrupção	-0,584**	B	H1
Religiosidade → Corrupção	0,120**	A	H2
Religiosidade → Qualidade da Contabilidade	-0,492**		H3
Controle → Corrupção	-0,347**		-

**Onde:** \*\*\*significante a 1%; \*\* significante a 5%; \* significante a 10%. **Fonte:** Dados da Pesquisa

#### Resultados dos Coeficientes de Caminho e para Avaliação da Mediação

Caminho	Modelo sem mediação	Modelo com mediação						Aceitação da mediação
	Efeito	Efeito direto		Efeito Indireto		Efeito total	Efeito Med.	
	Coef.	Coef.	%	Coef.	%	Coef.	%	
Religiosidade → Qualidade da Contabilidade → Corrupção	0,185**	0,120**	29,484	0,287	70,516	0,407**	70,516	Parcial

**Onde:** \*\*\*significante a 1%; \*\* significante a 5%; \* significante a 10%. **Fonte:** Dados da Pesquisa

## APÊNDICE C – Modelo Mensurado pelo COR, sem a Variável Mediadora

### Unidimensionalidade

Construtos	Alfa de Cronbach	Rho de Dillon-Goldstein	Primeiro autovalor	Segundo autovalor
Corrupção	1,0000	1,0000	1,0000	0,0000
Religiosidade	0,9730	0,9770	6,7300	0,4210
Controle	0,8500	0,9090	2,3100	0,3650

**Fonte:** Dados da Pesquisa

### Validade Convergente

Variáveis	Cargas	Comunalidade
COR	1,0000	1,0000
V1	0,9180	0,8430
V2	0,8900	0,7930
V3	0,8620	0,7430
V4	0,8840	0,7810
V5	0,9340	0,8720
V6	0,9670	0,9360
V7	0,9020	0,8130
V8	0,9760	0,9530
VR	0,8870	0,7880
PIB <i>per capita</i>	0,9000	0,8100
IND	0,8370	0,7010

**Legenda:** COR: Índice de Controle da Corrupção; V1: Importância da Fé Religiosa para a Criança; V2: Crença em Deus; V3: Crença no Inferno; V4: Filiação à Religião; V5: Frequência à Cultos Religiosos; V6: Frequência de Oração; V7: Percepção da Religiosidade; V8: Importância da Religião; VR: Índice de Voz e Responsabilidade; IND: Indicador de Individualismo. **Fonte:** Dados da Pesquisa

### Validade Discriminante

Construtos	Corrupção	Religiosidade	Controle
Variáveis			
COR	<b>1,0000</b>	0,5970	-0,8630
V1	0,5560	<b>0,9180</b>	-0,5300
V2	0,4930	<b>0,8900</b>	-0,3860
V3	0,4840	<b>0,8620</b>	-0,5300
V4	0,5300	<b>0,8840</b>	-0,4610
V5	0,5670	<b>0,9340</b>	-0,5100
V6	0,5640	<b>0,9670</b>	-0,5210
V7	0,5810	<b>0,9020</b>	-0,4220
V8	0,5910	<b>0,9760</b>	-0,5850
VR	-0,7680	-0,3820	<b>0,8870</b>
PIB <i>per capita</i>	-0,8750	-0,6040	<b>0,9000</b>
IND	-0,5670	-0,3960	<b>0,8370</b>

**Legenda:** COR: Índice de Controle da Corrupção; V1: Importância da Fé Religiosa para a Criança; V2: Crença em Deus; V3: Crença no Inferno; V4: Filiação à Religião; V5: Frequência à Cultos Religiosos; V6: Frequência de Oração; V7: Percepção da Religiosidade; V8: Importância da Religião; VR: Índice de Voz e Responsabilidade; IND: Indicador de Individualismo. **Fonte:** Dados da Pesquisa



## Coeficiente de Determinação, Redundância Média, AVE e GoF

Construtos	R <sup>2</sup>	Redundância média	AVE	Qualidade do ajuste
Corrupção	0,769	0,769	1,000	GoF = 0,7946
Religiosidade	-	-	0,842	
Controle	-	-	0,766	

**Fonte:** Dados da Pesquisa

## Resultados dos Coeficientes de Caminho

Caminho	Coeficiente
Religiosidade → Corrupção	0,185
Controle → Corrupção	-0,766

**Onde:** \*\*\*significante a 1%; \*\* significante a 5%; \* significante a 10%. **Fonte:** Dados da Pesquisa